



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE RONDÔNIA – SR-17  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2014**

O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-lei nº 1.110 de 09 de julho de 1970 - CNPJ nº 00.375.972/0001-60, com sede no Setor Bancário Norte - Edifício Palácio do Desenvolvimento em Brasília - Distrito Federal, através da sua Superintendência Regional no Estado de Rondônia – SR (17 – CNPJ 00.375.972/0024-57), situado à Av. Lauro Sodré, 3050 - Bairro Costa e Silva - Porto Velho/RO, CEP 76.803-488, com fundamento no artigo 24, inciso XXX, da Lei 8.666/1993, Lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010, Decreto nº 7.215 de 15 de junho de 2010 e Portaria MDA nº 35 de 16 de junho de 2010, torna público a presente chamada que tem como objeto a seleção de entidade(s) executora(s) para prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, elaboração de Planos de Desenvolvimento do Assentamento – PDA e Planos de Recuperação do Assentamento – PRA, por meio de atividades individuais, grupais e complementares, compreendendo o planejamento, a execução e avaliação, no contexto da implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, objetivando o atendimento a 3.811 famílias assentadas em **53** Projetos de Reforma Agrária, distribuídos em 03 lotes, cujo valor total é de R\$ **R\$ 9.729.656,60 (nove milhões, setecentas e vinte e nove mil, seiscentas e cinquenta e seis reais e sessenta centavos)**, conforme especificações constantes da Chamada Pública nº 001/2014 e seus Anexos.

O período de divulgação da Chamada Pública será de **14/08/2014 à 15/09/2014**. A retirada do Edital e seus anexos poderá ser feita das 08:00 às 12:00 e das 14:30 às 17:00 horas, na Superintendência Regional do INCRA no Estado de Rondônia, localizada na Av. Lauro Sodré, 3050 - Bairro Costa e Silva - Porto Velho/RO, CEP 76.803-488.

O prazo para recebimento das propostas técnicas encerrar-se-á na data de **15/09/2014 até às 17:00 horas**. As propostas deverão ser encaminhadas para o mesmo endereço, devendo ser entregue na sala da **Cidadania** nos horários estabelecidos. O julgamento e contratação das entidades ocorrerão de acordo com os critérios objetivos para seleção da entidade executora da Chamada Pública.

O Edital, o Projeto Básico e demais Anexo da Chamada Pública estão disponíveis para download no sítio: [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br).

Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (069) 3229 1545 Ramal 227 e 228.

Porto Velho - RO, em 10/08/2014.

**Luis Flávio Carvalho Ribeiro**  
Superintendente Regional



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA**

**Superintendência Regional do Estado de Rondônia**

**Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento**

Av. Lauro Sodré, 3050 - Bairro Costa e Silva - Porto Velho/RO, CEP 76.803-488 fone  
(69) 3229-1545

---

**CHAMADA PÚBLICA PARA SELEÇÃO DE ENTIDADE  
EXECUTORA  
DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL**

**Edital de Chamada Pública INCRA/SR -17/RO  
Nº 01/2014**

**Porto Velho, junho de 2014.**

## SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO .....	3
2 - OBJETO .....	3
3 - ENTIDADES EXECUTORAS .....	3
4 - PÚBLICO BENEFICIÁRIO .....	5
5 - ÁREA GEOGRÁFICA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.....	5
6 - DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.....	6
7 - PRAZO E CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS .....	7
8 - VALOR DA CHAMADA PÚBLICA.....	7
9 - RECURSOS, FONTE E FORMAS DE PAGAMENTO .....	7
10 - DA REPRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES.....	8
11 - DA DOCUMENTAÇÃO E DAS PROPOSTAS .....	8
12 - PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS .....	12
13 - ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.....	13
14 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO .....	14
15 - VALIDADE DA PROPOSTA .....	14
16 - ASSINATURA E RESCISÃO DO CONTRATO.....	14
17 - INÍCIO DAS ATIVIDADES.....	15
18 - DISPOSIÇÕES GERAIS .....	15

## **1 - INTRODUÇÃO**

De ordem do Senhor Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado de Rondônia (INCRA/SR-17), a Comissão Especial para seleção de entidades de ATER instituída através da Ordem de Serviço/INCRA/SR-17/Nº 024/2014, de 10/03/2104, publicado no Boletim de serviço nº. 11 de 17/03/2014, doravante denominada COMISSÃO, de conformidade com o que consta no Processo Administrativo/INCRA/SR-17/Nº \_\_\_\_\_, comunica as Instituições interessadas a abertura do presente procedimento de Chamada Pública para contratação de serviços de ATER em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, consoante regido nesta Chamada Pública, na forma prevista na Lei 8.666/1993 art. 24 inciso XXX e suas alterações, na Lei Nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010, no Decreto 7.215 de 15 de junho de 2010 e Portaria MDA Nº 35 de 16 de junho de 2010. na IN/SLTI/MPOG nº 02/2008 e suas alterações, no que couber, inclusive quanto aos casos omissos, e, considerando ainda a homologação e ratificação da Dispensa de Licitação.

O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos junto à Comissão Especial de Seleção de Entidades de ATER, na Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, pagos os respectivos custos reprográficos, no horário das 8h00m às 12h00m e das 14h30m às 17h00m), ou através do sítio comprasnet: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

## **2 - OBJETO**

Constitui o objeto desta Chamada Pública a seleção de entidade(s) executora(s) de assistência técnica e extensão rural para prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, no âmbito do INCRA da SR 17 por meio de atividades individuais, coletivas e complementares, compreendendo o planejamento, a execução e avaliação, no contexto da implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER.

## **3 - ENTIDADES EXECUTORAS**

3.1 Poderão participar da Chamada Pública instituições públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, previamente credenciadas, na forma da Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, do Decreto 7.215 de 15 de junho de 2010 e da Portaria MDA Nº 35 de 16 de junho de 2010, bem como da Lei 8.666 de 21 junho de 1993 e alterações;

3.2. Somente pessoas jurídicas poderão participar da presente chamada, não sendo permitida a participação de instituições em forma de consórcio.

3.3. Poderão participar da presente chamada Cooperativas, desde que, seus estatutos e objetivos sociais prevejam ou estejam de acordo com o objeto contratado, devendo ser observado o que preceituam os artigos 4º e 5º da IN/SLTI-MP nº 02 de 30 de abril de 2008.

3.4. Apresentar documentação constante neste edital, em conformidade com o disposto nos artigos 27 e seguintes da Lei nº 8.666/1993;

3.5. A Instituição que não apresentar a documentação exigida ou o fizer fora do prazo ou das condições estabelecidas neste Edital, será considerada inabilitada para continuar participando da chamada pública.

3.6. Não será aceita, em qualquer hipótese, documentação relativa à habilitação e proposta remetida por via postal, e-mail ou *“fac-símile”*.

3.7. Em nenhuma hipótese será concedido prazo suplementar para apresentação dos documentos exigidos neste edital.

3.8. As Instituições deverão apresentar a documentação exigida neste Edital, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório ou ainda por cópia acompanhada do original, a fim de ser autenticada por servidor membro da Comissão Especial de Chamada Pública do INCRA/SR17.

3.9. Caso a Instituição opte por autenticar os documentos através de um servidor do INCRA conforme item anterior, deverá comparecer à sede deste Órgão no endereço descrito no início deste Edital, em horário comercial, até o terceiro dia útil que anteceder a data marcada para recebimento dos envelopes de habilitação e propostas, munida das cópias que quiser autenticar com seus respectivos originais;

3.10. Não poderão participar da chamada pública instituições que, por qualquer motivo, estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal.

3.11. São partes integrantes do presente Edital independentemente de transcrição os seguintes documentos em forma de anexo:

Anexo I: Projeto Básico;

Anexo II: Minuta do Contrato;

Anexo III: Identificação e Qualificação da Demanda;

Anexo IV: Detalhamento de Metas e Serviços por Lote;

Anexo V: Planilhas de Custos – Metas e serviços;

Anexo VI: Roteiro para apresentação de Proposta Técnica;

Anexo VII: Modelo de Carta de Apresentação da Proposta;

Anexo VIII: Modelo de Declaração de que tomou conhecimento do teor das cláusulas do Edital;

Anexo IX: Modelo de Declaração da Inexistência de Fatos Impeditivos e Contratação de Menores;

Anexo X: Modelo de declaração de disponibilização da infra estrutura física operacional;

Anexo XI: Modelo de declaração de vistoria do local;

Anexo XII: Modelo de formulário para apresentação das experiências da Entidade/Empresa;

Anexo XIII: Modelo de currículo para apresentação da equipe técnica;

Anexo XIV: Formulário de Critérios de Avaliação das Propostas e das Instituições;

Anexo XV: Modelo de material de divulgação dos serviços contratados;

Anexo XVI: Modelo do Relatório de Demandas do Projeto de Assentamento.

#### **4 - PÚBLICO BENEFICIÁRIO**

Faz-se público desta Chamada, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, assentados e assentadas constante da Relação de Beneficiários (RB) bem como os integrantes da respectiva unidade familiar dos projetos de assentamento conforme disposto no Anexo I desta Chamada Pública.

#### **5 - ÁREA GEOGRÁFICA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços serão prestados no Estado de Rondônia, em Projetos de Assentamento criados ou reconhecidos pelo INCRA, localizados nos municípios de abrangência da Superintendência Regional de Rondônia – SR(17), conforme tabela abaixo e detalhamento constante no anexo I do Edital.

Lote	Município	Território	Núcleo Operacional <sup>1</sup>	N. de Assentamentos	N. de Famílias
I	Candeias do Jamari	Madeira Mamoré	Candeias do Jamari	01	200
	Porto Velho		Jaci-Paraná	02	103
			Porto Velho	01	123
			Joana D'Arc	03	342
SUB-TOTAL					768
II	Theobroma	Central	Theobroma	04	339
	Ariquemes	Vale do Jamari	Ariquemes	05	259
	Cujubim		Cujubim	03	142
	Buritis		Rio Branco	02	204
			Buritis I	04	474
		Buritis II	03	152	
SUB-TOTAL					1.570
III	Nova união	Central	Nova união	01	125
	Mirante da Serra		Mirante da Serra	01	160
	Presidente Médici		Presidente Médici	03	147
	Nova Brasilândia	Jurisdição	Castanheira	04	88
	Castanheira			01	07
	S. Fco do Guaporé	Jurisdição	São Francisco do Guaporé	05	512
	Seringueiras			01	155
	Costa Marques		Costa Marques	09	279
SUB-TOTAL					1.473
TOTAL			16 NO	53	3.811

**TABELA 1** – Síntese da área geográfica e público beneficiário para a prestação dos serviços objeto desta Chamada Pública (Fonte: Sistemas de Informações de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA e Diagnóstico Cadastral dos Assentamentos).

## 6 - DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Para cumprir o objeto desta Chamada Pública, será considerado o alcance de 06 (seis) metas específicas, que envolvem atividades de caráter individual, coletivo e complementar.

<sup>1</sup> O Núcleo Operacional compreende um conjunto de assentamentos dispostos em arranjos de maneira a facilitar a execução dos serviços, sendo considerado na constituição desses arranjos a proximidade dos assentamentos, o número de famílias, a otimização do deslocamento entre os projetos e a infraestrutura necessária para instalação do Núcleo Operacional (energia, internet, etc).

O detalhamento das metas, cronograma de execução e conceituação das atividades estão especificadas no Projeto Básico (Anexo I deste Edital).

## **7 - PRAZO E CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

O prazo de execução dos serviços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 57 da Lei 8.666/93.

Os serviços contratados deverão ser executados de acordo com o Projeto Básico (ANEXO I) e com o Plano de Trabalho apresentado pelas entidades executoras, que deverá ser apresentado às famílias beneficiárias para em conjunto procederem os ajustes necessários de acordo com a demanda destas, observando-se a estrutura física mínima e a composição técnica necessária dos Núcleos Operacionais.

O cronograma de execução e a estrutura física mínima exigida para o Núcleo Operacional estão contidas no ANEXO I desta Chamada e devem ser estritamente observadas.

## **8 - VALOR DA CHAMADA PÚBLICA**

O valor total da presente chamada pública é de R\$ **R\$ 9.729.656,60 (nove milhões, setecentas e vinte e nove mil, seiscentas e cinquenta e seis reais e sessenta centavos)**

## **9 - RECURSOS, FONTE E FORMAS DE PAGAMENTO**

As despesas relativas ao objeto da presente Chamada pública correrão à seguinte conta:

PTRES 065839 - PO02 - PI B.210S.0002.48 - ATER (Brasil sem Miséria)

PTRES 065849 - PO04 - PI C.210S.0004.48 - ATER (Território da cidadania)

PTRES 065845 - PO03 - PI D.210S.0003.48 - ATER (Jurisdição).

Natureza de Despesa: 339039

Fonte de Recurso: 176

Os pagamentos ocorrerão a cada trinta dias, respeitando a periodicidade de prestação de serviços apresentadas no cronograma de execução, com valor proporcional aos serviços



executados no referido período, mediante apresentação do ateste do beneficiário e outras formas de comprovação requeridas.

As metas previstas e não cumpridas deverão ser devidamente justificadas e poderão ser realizadas nos meses subseqüentes, desde que inserida no calendário do mês e com autorização do INCRA. Constatado através de fiscalização de atividades realizadas em desacordo com execução em campo e já tenha havido pagamento, será efetivado o desconto do valor correspondente no pagamento da Fatura/Nota Fiscal subseqüente.

O INCRA não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada sem que conste no Contrato.

## **10 - DA REPRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES**

Cada Instituição poderá ter representante legal, devidamente credenciado, mediante apresentação dos seguintes documentos:

5.1. Documento oficial de identidade;

5.2. Procuração lavrada por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, indicando a outorga de poderes na forma exigida ou;

10.3. Documento que comprove a sua condição de diretor, sócio, gerente ou administrador da Instituição e que declare os limites de sua atuação.

10.4. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma Instituição.

## **11 - DA DOCUMENTAÇÃO E DAS PROPOSTAS**

11.1. A documentação de habilitação e proposta técnica deverão ser entregues à Superintendência Regional do INCRA, localizada à Av. Lauro Sodré, 3050, Bairro dos Tanques, em Porto Velho/RO, Bloco E - Sala 10 – CPL, de segunda à sexta no horário de expediente (das 8h às 12h00 e das 14h30 às 18h00).

11.2. As entidades poderão apresentar proposta (s), individualmente, para 1 lote ou para mais de 1 lote, simultaneamente. A análise da (s) proposta (s) técnica(s) será realizada para cada lote separadamente.

11.3. As entidades interessadas terão prazo máximo de 30 dias após a publicação deste edital para efetuarem a entrega da(s) proposta(s) técnica (s).

11.4. Os documentos de Habilitação, bem como a Proposta Técnica, deverão ser entregues em 02 (dois) envelopes distintos e fechados, contendo as seguintes indicações:

**ENVELOPE A – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**CHAMADA PÚBLICA/INCRA/SR-17/Nº 01/2013**

**INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA**

**Superintendência Regional de Rondônia**

**Av. Lauro Sodré, 3050 - Bairro Costa e Silva - Porto Velho/RO**

**ENVELOPE B – PROPOSTA TÉCNICA**

**CHAMADA PÚBLICA/INCRA/SR-17/Nº 01/2013**

**INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA**

**Superintendência Regional de Rondônia**

**Av. Lauro Sodré, 3050 - Bairro Costa e Silva - Porto Velho/RO**

11.5. No verso de cada envelope deverá constar o nome e endereço da Instituição.

11.6. Os documentos que não sejam Certidões ou Cópias Autenticadas deverão ser datilografados ou emitidos por computador, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e assinados, fazendo constar a identificação do signatário, que também rubricará as folhas que não forem assinadas.

11.7. As cópias de documentos apresentadas deverão ser legíveis, de modo a permitir, à Comissão Especial de Chamada pública, sua leitura e perfeita análise de seu teor.

11.8. O **Envelope A** conterá a **Documentação de Habilitação**, que deverá ser apresentada em (01) uma via original ou cópia autenticada, nos termos do edital.

11.9. A documentação deve estar na ordem abaixo e numerada seqüencialmente a fim de permitir maior agilidade no seu manuseio durante a conferência.

11.10. A documentação referente à **Habilitação** da Instituição constará de:

11.10.1. Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais ou cooperativas, e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

11.10.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da Diretoria em Exercício;

11.10.3. Inscrição no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, do Ministério da Fazenda;

11.10.4. Inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal, relativo ao domicílio ou sede da Instituição;

11.10.5. Cópias da Cédula de Identidade, CPF, indicação do cargo e endereço residencial da pessoa autorizada a assinar contratos em nome da Instituição;

11.10.6. Certidão Negativa de Débitos com os Tributos e Contribuições Federais emitida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria da Fazenda Nacional;

11.10.7. Certidão Negativa de Débitos com os Tributos e Contribuições Estaduais expedida pelo órgão competente do Governo Estadual;

11.10.8. Certidão Negativa de Débitos com os Tributos e Contribuições Municipais expedida pelo órgão municipal competente;

11.10.9. Certidão Negativa da Dívida Ativa da União;

11.10.10. Certidão Negativa de Débito (CND), emitida pelo INSS, conforme a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

11.10.11. Certidão de regularidade do FGTS, de acordo com o Art.7º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;

11.10.12. Certidão de débitos trabalhistas (CNDT) instituída pela Lei nº 12.440 de 7 de julho de 2011, será consultada via “on-line”, quando da fase de habilitação.

11.10.13. Certidão de Registro e Quitação do CREA – Pessoa Jurídica;

11.10.14. Declaração da Inexistência de fatos Impeditivos (modelo anexo IX).

11.10.15. Certificado de Credenciamento de entidade executora do PRONATER.

11.10.16. Declaração de vistoria do local onde serão prestados os serviços (modelo anexo XI).

11.10.17. De acordo com o disposto no Art. 97, da lei nº 8.666/93, as empresas licitantes deverão comprovar a inexistência quanto as restrições com relação as mesmas, mediante consulta ao cadastro de empresas inidôneas ou suspensas – CEIS, acessível através do portal da transparência [WWW.portaldatransparencia.gov.br](http://WWW.portaldatransparencia.gov.br),

11.10.18. Para os casos de COOPERATIVAS, além da documentação acima será exigido:

- a) Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação da cooperativa e que executarão o contrato, com os respectivos registros de inscrição;
- b) Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI de cada um dos cooperados relacionados (cópia);
- c) Registro previsto na Lei 5.764, art. 107;
- d) Ata de Eleição e Posse da Diretoria Atual;
- e) Ata da sessão conjunta em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto da Chamada Pública e aprovam a Proposta Técnica;
- f) Declaração de responsabilidade, comprometendo-se em atender os arts. 4º e 5º da Instrução Normativa/MPOG/Nº02/2008.

11.11. O **Envelope B**, relativo à **Proposta Técnica** deverá ser apresentado em papel timbrado da Instituição, sem emendas ou rasuras, com páginas numeradas seqüencial e continuamente, e conter, obrigatoriamente:

11.11.1. O **Projeto Básico** com os componentes e demais Itens (Requisitos) exigidos, na forma em que consta do ANEXO I – PROJETO BÁSICO.

11.11.2. O **Repertório** (*Currículo*), comprobatório da experiência técnica da Instituição, inclusive quanto à Equipe Técnica apresentada, obedecendo-se os critérios relacionados nos ANEXO I – PROJETO BÁSICO e ANEXO XIV – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS E DAS INSTITUIÇÕES, constante neste Edital, indicando, ainda, os trabalhos realizados pela Instituição que comprovem sua experiência no fornecimento e prestação de serviços similares aos de ATER, fazendo constar o nome dos contratantes que durante os anos contrataram tais serviços, com a indicação da data do início e do término da prestação dos serviços.

11.11.2.1. Cada trabalho deverá ser acompanhado de respectiva declaração ou atestado expedido por pessoa de direito público ou privado comprovando a sua realização.

Essas declarações contendo a identificação do signatário deverão ser apresentadas em papel timbrado da instituição declarante;

11.11.2.2. A comprovação da qualificação técnica dos membros da Equipe deverá se apresentada conforme Item 3 dos Critérios de Avaliação constantes no Anexo XIV.

11.11.3. Declaração de disponibilidade de infraestrutura física (ANEXO X).

11.12. Outras exigências constantes do ANEXO I – PROJETO BÁSICO deverão ser integralmente atendidas, independentemente de transcrição direta neste Edital;

11.13. A proposta técnica deverá ser numerada sequencialmente, todas as páginas rubricadas e, ao final, assinada pelo representante autorizado da Instituição;

11.14. A apresentação de declaração, atestado ou documento falso, referente à habilitação jurídica e à proposta técnica implicará na automática desclassificação da instituição, e sujeitará a mesma às penalidades legais.

11.15. As entidades deverão apresentar proposta técnica específica para cada um dos lotes pleiteados separadamente, mesmo que concorra a dois ou mais lotes simultaneamente.

11.16. A Comissão somente considerará as propostas recebidas até o dia, hora e local estabelecidos nesta Chamada Publica nº 001/2014, que estejam acondicionadas em envelopes devidamente fechados (lacrados) e corretamente endereçados. Não serão aceitos envelopes/embalagens abertas e/ou não endereçadas.

## **12 - PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS**

### **12.1. Local e data da abertura dos envelopes**

A abertura do Envelope 1, com os documentos de habilitação, que concorrem à presente Chamada Pública, será realizada em sessão pública, inclusive na presença de todos os participantes, na sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada no Bloco F, sala 10 da sede da SR-17/RO no endereço acima mencionado.

A abertura do Envelope 2, contendo documentos da proposta técnica, serão abertos somente na fase de julgamento da proposta técnica, caso as entidades sejam habilitadas na fase de habilitação.

12.2. As Propostas deverão ser apresentadas atendendo aos requisitos constantes no ANEXO I – PROJETO BÁSICO.

12.3 O Envelope A (da Documentação de Habilitação) será aberto, examinado e rubricado pelo integrante da Comissão e pelo representante da instituição, sendo declarada habilitada a instituição que estiver de acordo com as exigências deste Edital.

### **13 - ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

13.1. A abertura do Envelope 1, contendo os documentos de habilitação, ocorrerá às 09:00 horas do trigésimo primeiro dia a contar do dia da publicação na sala 10, Bloco E - CPL.

Para todas as referências de tempo contidas neste Edital será observado o horário local.

13.2. A Análise das Propostas Técnicas dar-se-á da seguinte forma:

13.3. A avaliação das Propostas Técnicas contidas nos Envelopes B das Instituições habilitadas será analisada e classificada pela Comissão em sessão privada, em consonância com os critérios definidos no ANEXO I – PROJETO BÁSICO e ANEXO XIV – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS E DAS INSTITUIÇÕES deste Edital;

13.4. O não atendimento à quantificação e qualificação técnica da Equipe eliminará automaticamente a empresa do processo seletivo;

13.5. A apresentação da Proposta Técnica, constituída do relato de experiências anteriores (*Curriculum*), apresentação da equipe técnica e do Projeto Básico, conforme especificado no preâmbulo, será avaliada conforme descrito no Item 13.7.

13.6. A classificação final das Instituições será feita com base na pontuação técnica obtida através da análise da Proposta Técnica – Envelope B.

13.7. A pontuação da Proposta Técnica de cada instituição é obtida com base no somatório dos pontos alcançados por ela, em conformidade com os Critérios de Avaliação constantes no ANEXO XIV deste Edital, podendo alcançar o máximo de 100 (cem) pontos.

13.8. As notas alcançadas pelas Instituições, em conformidade com os critérios acima referidos, serão utilizadas para classificação em ordem decrescente de pontuação.

13.9. As Instituições que não atingirem uma pontuação de pelo menos 60 (sessenta) pontos na avaliação da Proposta Técnica, serão consideradas inabilitadas.

13.10. Para efeito de classificação, verificada a igualdade de pontuação obtida por duas ou mais Instituições, proceder-se-á ao desempate, observados os seguintes critérios: a) maior pontuação no projeto básico; b) maior pontuação da equipe; c) maior tempo de experiência da instituição;

13.11. Se persistir o empate, a Comissão procederá a sorteio, em sessão pública.

13.12. O resultado da seleção será divulgado no sítio eletrônico do INCRA e publicado no Diário Oficial da União, em até 30 dias após o encerramento do prazo para recebimento das propostas.

13.13. As entidades poderão entrar com recurso no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de publicação do resultado no Diário Oficial da União.

## **14 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

14.1. Concluído o julgamento das propostas, a Comissão sugerirá a adjudicação do objeto da chamada à instituição da proposta vencedora.

14.2. Não será admitida a subcontratação total ou parcial dos serviços.

14.3. Caso seja verificada a existência de subcontratação, ou a substituição de técnicos sem autorização do contratante, salvo justificativa fundamentada, a contratada será multada, em valor equivalente a 1% (um por cento) do valor do contrato.

## **15 - VALIDADE DA PROPOSTA**

A Administração poderá convocar a (s) entidade (s) executora (s) selecionada (s) em primeiro lugar para assinar o contrato dentro do prazo de validade da proposta, que será de 60 (sessenta) dias (Art. 64 da Lei 8666/93), a contar da data de divulgação do resultado da seleção.

## **16 - ASSINATURA E RESCISÃO DO CONTRATO**

16.1. A contratação da Instituição vencedora far-se-á de acordo com a minuta do contrato constante do ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO, com os termos deste Edital.

16.2. Após a emissão da(s) nota(s) de empenho, será formalizado contrato entre o INCRA e a Instituição vencedora.

16.3 Poderá o INCRA considerar rescindido o contrato de pleno direito se evidenciada a incapacidade técnica da firma vencedora para executar os serviços nas condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.4. As demais formas de rescisão estão previstas no ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO deste Edital, assim como nos termos da Lei nº 8.666/93, mormente quanto ao previsto em seus artigos 78 e 79.

16.5. Quando da assinatura do contrato a entidade selecionada deverá apresentar Declaração de indicação do responsável técnico pelo contrato, constando cópia dos documentos pessoais e comprovante de residência.

## **17 - INÍCIO DAS ATIVIDADES**

Após assinatura e publicação do Contrato no DOU, a contratada terá até 30 dias corridos para planejamento, organização e outros ajustes da equipe técnica e Núcleos Operacionais. No decorrer deste prazo, a entidade deverá informar ao INCRA a data prevista para início das atividades, agendando uma data para que a sua equipe técnica faça a vistoria da infraestrutura operacional, contratação da equipe técnica, equipamentos e veículos usados na execução do contrato.

Após vistoria “in loco” pelo INCRA, mediante parecer favorável, será emitida Ordem de Serviço dando início a execução das atividades/metast. Qualquer atividade/meta executada anteriormente a emissão da Ordem de Serviço não será efetuada a liquidação pelo contratante.

## **18 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1. O INCRA se reserva o direito de revogar, no todo ou em parte, a presente Chamada pública, conforme a Lei nº 8.666/93.

18.2. A participação no presente processo licitatório implica aceitação integral e irretratável das normas deste Edital, não sendo aceito, a qualquer título, o levantamento de dúvidas ou alegações de desconhecimento, vencido o prazo, estipulado em seu preâmbulo.

18.3. Não será permitido a qualquer Instituição solicitar a retirada dos envelopes de documentação, ou de qualquer documento, após sua entrega.



18.4. A Instituição vencedora será responsável por quaisquer danos ou prejuízos provenientes de execução dos serviços correndo às suas expensas as despesas para reparação de danos.

18.5. Todas as obrigações contratuais a serem ajustadas pelas partes estão previstas no ANEXO I - PROJETO BÁSICO e no ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO;

18.6. Poderá o INCRA, ainda, exigir documentação suplementar, na forma do parágrafo 3º do artigo 43 da Lei 8.666/93;

18.7. O presente Edital será parte obrigatória do futuro Contrato.

18.8. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal do Estado de Rondônia com exclusão de qualquer outro, ainda que mais privilegiado, para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Chamada pública.

18.9. Toda e qualquer dúvida que dificulte o bom entendimento do contido no presente Edital, bem como quaisquer esclarecimentos adicionais, deverão ser objeto de expediente escrito (Requerimento Formal) endereçado à Comissão Especial de Chamada pública na Av. Lauro Sodré, 3050 - Bairro Costa e Silva - Porto Velho/RO, CEP: 76.803-488, durante o período normal de expediente.

Porto Velho, 30 de junho de 2014.

---

Luiz Flávio Carvalho Ribeiro  
**Superintendente Regional do INCRA – SR-17/RO**

# **ANEXO I**

## **PROJETO BÁSICO**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA  
Superintendência Regional do Estado de Rondônia  
Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento  
Av. Lauro Sodré, 3050 - Bairro Costa e Silva - Porto Velho/RO, CEP 76.803-488  
Fone (69) 3229-1545

---

**CHAMADA PÚBLICA PARA SELEÇÃO DE ENTIDADES EXECUTORAS  
DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA SOB A JURISDIÇÃO DA SR-17/RO  
Nº 01/2014**

## **PROJETO BÁSICO**

### **PROPONENTE**

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

#### **PRESIDENTE**

CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES

**SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA/RO – SR 17/RO**

LUIZ FLÁVIO CARVALHO RIBEIRO

**CHEFE DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO –  
SR 17/RO**

ANTONIO CARLOS FERREIRA FILHO

**COORDENAÇÃO REGIONAL DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA  
A REFORMA AGRÁRIA – SR 17/RO**

MARIA DE JESUS FREIRE LOBO

#### **EQUIPE DE ELABORAÇÃO**

CLÁUDIO ROBERTO SIMÕES RODRIGUES

MARIA DE JESUS FREIRE LOBO

MARIA DE FATIMA FONTINELLI

THIAGO ROBERTO RUIZ

### **COLABORADOR**

WÂNIA MARIA DAS G. P. MARAMALDO

## SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	3
2. OBJETO .....	3
3. PRINCÍPIOS .....	4
4. JUSTIFICATIVA .....	5
5. OBJETIVO GERAL .....	6
6. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	6
7. PÚBLICO BENEFICIÁRIO .....	7
8. ÁREA GEOGRÁFICA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS .....	7
9. DESCRIÇÃO DAS METAS E SERVIÇOS.....	8
10. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS .....	11
11. DETALHAMENTO DAS METAS POR LOTE .....	30
12. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS .....	30
14. CONSTITUIÇÃO DOS NÚCLEOS OPERACIONAIS.....	31
15. QUALIFICAÇÃO E PERFIL DAS EQUIPES TÉCNICAS.....	32
16. DAS ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS .....	34
17. COMPOSIÇÃO DAS EQUIPES TÉCNICAS.....	36
18. COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS .....	40
19. DAS ESTRUTURAS DE ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO .....	41
20. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41

## **1. APRESENTAÇÃO**

O presente documento constitui-se no Projeto Básico elaborado pela Comissão nomeada pela Ordem de Serviço/INCRA/SR-17/Nº.24/2014, de 10/03/2014 publicado no Boletim de serviço nº. 11 de 17/03/2014 da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Estado de Rondônia, contendo as orientações para a execução da ação de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, prevista no PPA 2012/2015, por meio do Programa 2012 e Ação 210S, no contexto da implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, instituídos pela Lei 12.188/2010 e o Decreto 7.215/2010.

A ATER é uma ação desenvolvida sob a coordenação do INCRA, por meio da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento e sua execução ocorrerá através de Contrato, na forma prevista na Lei 8.666/1993 art. 24 inciso XXX e suas alterações, na Lei Nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010, no Decreto 7.215 de 15 de junho de 2010 e Portaria MDA Nº 35 de 16 de junho de 2010, na IN/SLTI/MPOG nº 02/2008 e suas alterações, visando assegurar de forma continuada e integral os serviços de assessoria técnica, desde a implantação dos Projetos de Assentamento, com o objetivo de torná-los unidades de produção estruturadas, inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado e integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional.

## **2. OBJETO**

Seleção de entidade(s) executora(s) de assistência técnica e extensão rural para prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, elaboração de Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA, por meio de atividades individuais, coletivas e complementares, compreendendo o planejamento, a execução e a avaliação, no contexto da implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na

Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, para os Assentamentos criados ou reconhecidos pela Superintendência Regional do INCRA de Rondônia.

### **3. PRINCÍPIOS**

Concernente com o que dispõe a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural deve ser orientado pelos princípios estabelecidos no Art. 3º da Lei 12.188/2010:

I. Assegurar às famílias assentadas em Projetos de Assentamento federais ou reconhecidos pelo INCRA, o acesso à Assessoria Técnica e Extensão Rural – ATER, pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente, visando o desenvolvimento dessas áreas e o apoio ao fortalecimento da agricultura familiar;

II. Contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, apoiando as famílias assentadas na potencialização do uso sustentável dos recursos naturais;

III. Adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia;

IV. Estabelecer um modo de gestão capaz de democratizar as decisões, contribuir para a construção da cidadania e facilitar o processo de controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades, de modo a permitir a análise e melhoria no andamento das ações;

V. Desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando à formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável;

VI. Promover a viabilidade econômica, a segurança alimentar e nutricional e a sustentabilidade ambiental das áreas de assentamento, tendo em vista a efetivação dos direitos fundamentais do trabalhador rural e considerando a perspectiva do desenvolvimento territorial;

VII. Promover a igualdade entre trabalhadoras e trabalhadores rurais assentados da reforma agrária, favorecendo o protagonismo da mulher na construção e implementação dos projetos; e

VIII. Contribuir no fortalecimento das organizações sociais dos assentados.

#### **4. JUSTIFICATIVA**

Os Projetos de Assentamento constituem alternativa viável para a solução de graves problemas que afetam a sociedade brasileira. A história dos Assentamentos do estado de Rondônia revela que o acesso à terra possibilita geração de emprego e renda, moradia, alimentação, educação e melhoria na qualidade de vida das famílias beneficiadas.

Em sua grande maioria, os Projetos estão localizados em regiões com pouca tradição na agricultura de base familiar e escassa infraestrutura. As famílias ali localizadas provêm, fundamentalmente, de regiões distantes, onde as densidades demográficas geram excedentes populacionais, e onde a escassez de emprego e oportunidades determina históricos de baixa escolaridade, exclusão e privações sociais, que redundam em precário domínio de técnicas de gestão e produção agrícola. Acrescenta-se a esta limitação, o fato de que costuma ser lento e penoso o processo de relacionamento entre os assentados e a sociedade local, sendo necessário superar estágios de aproximação e construir níveis adequados de interação para que se obtenham sinergias que impulsionem o desenvolvimento territorial.

Nestas condições desfavoráveis, é fundamental que as famílias recebam apoio técnico qualificado, de forma que construam referenciais sociais, produtivos e tecnológicos ajustados ao novo ambiente, e que respeitem os recursos naturais locais, aperfeiçoem o trabalho na atividade de produção e elevem o nível de conhecimento técnico, através da apropriação compartilhada com outros agricultores e entre os próprios beneficiados. Trata-se de potencializar, com investimentos públicos, as iniciativas das famílias, dinamizando o tecido social juntamente com as iniciativas produtivas. Contempla-se, assim, a sustentabilidade ambiental, o aproveitamento racional dos agroecossistemas locais, ampliando-se, com isso, as potencialidades e oportunidades de comercialização, dentro de um contexto de desenvolvimento local e regional.

Os investimentos no processo de formação permanente dos agricultores permitirão a construção de formatos produtivos e tecnológicos adequados à

realidade local, coerente com os princípios de uma comunidade sustentável sob os pontos de vista social, ambiental e econômico.

As ações de ATER, realizadas pelo INCRA desde 2003, consolidaram uma ação de assistência técnica descentralizada de apoio às famílias dos assentados nos Projetos de Reforma Agrária, fundamentada nas seguintes estratégias:

- A presença efetiva dos técnicos nos Assentamentos, o que favorece uma interação com as famílias e estimula a busca de soluções criativas para os problemas que se apresentam;
- Implementação de ações estruturantes e transversais que possibilitem a articulação entre as diversas políticas públicas destinadas ao público da agricultura familiar na perspectiva do desenvolvimento dos Assentamentos;
- Experimentação de alternativas de produção focadas nas especificidades locais, considerando-se o saber popular acumulado ao longo da vivência dos trabalhadores no campo bem como o conhecimento produzido nos espaços acadêmicos de formação técnica.

## **5. OBJETIVO GERAL**

Disponibilizar assistência técnica e extensão rural às famílias dos Projetos de Assentamento, criados ou reconhecidos pelo INCRA, garantindo-lhes a segurança alimentar e nutricional, a estruturação dos processos de produção e a inserção competitiva no mercado local e regional.

## **6. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Planejar as atividades dos núcleos operacionais de Assistência Técnica e Extensão Rural conjuntamente com os assentados;
- Orientar e mediar a construção de projetos de desenvolvimento e gestão dos Projetos de Assentamento beneficiados com os serviços de ATER;
- Orientar a construção de planos de trabalho dos serviços a serem prestados, em conjunto com as famílias beneficiadas pela ATER;
- Orientar o uso sustentável dos agroecossistemas dos Assentamentos beneficiados com os serviços de ATER no estado;



- Desenvolver ações na dimensão ambiental, que levem à preservação, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais disponíveis nos Assentamentos;
- Identificar demandas e apoiar as famílias assentadas no acesso às políticas públicas disponíveis no âmbito da Reforma Agrária e da agricultura familiar, tais como: Programa de Aquisição de Alimentos da CONAB – PAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; Programas Terra-Sol e Terra Forte, Programas de Crédito Instalação do INCRA, PRONAF, bem como demais políticas públicas que forem demandadas pelas famílias;
- Caracterizar, acompanhar e orientar a implementação e manejo dos sistemas de produção dos Assentamentos beneficiados com os serviços de ATER, considerando, sobretudo, as especificidades dos projetos;
- Desenvolver ações direcionadas à promoção de saúde e educação, preferencialmente em articulação com os agentes locais (Prefeituras, Secretarias Municipais e entidades não governamentais);
- Promover atividades de apoio à organização social das mulheres, dos jovens e dos idosos;
- Desenvolver ações que contribuam para o processo de organização da gestão do Assentamento.

## **7. PÚBLICO BENEFICIÁRIO**

Serão beneficiárias desta Chamada Pública as famílias assentadas ou reconhecidas pelo INCRA como beneficiárias da Reforma Agrária, constantes da Relação de Beneficiários do SIPRA, sob a jurisdição da SR-17.

## **8. ÁREA GEOGRÁFICA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços serão prestados no Estado de Rondônia, em Projetos de Assentamento criados ou reconhecidos pelo INCRA, localizados nos municípios de

abrangência da Superintendência Regional do INCRA Rondônia – SR (17), conforme Tabela 1 e detalhamento constante no Anexo III do Edital.

**TABELA 1 – SÍNTESE DA ÁREA GEOGRÁFICA E PÚBLICO BENEFICIÁRIO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETO DESTA CHAMADA PÚBLICA**

Lote	Município	Território	Núcleo Operacional¹	N. de Assentamentos	N. de Famílias
I	Candeias do Jamari	Madeira Mamoré	Candeias do Jamari	01	200
	Porto Velho		Jaci-Paraná	02	103
			Porto Velho	01	123
			Joana D'Arc	03	342
SUB-TOTAL					768
II	Theobroma	Central	Theobroma	04	339
	Ariquemes	Vale do Jamari	Ariquemes	05	259
	Cujubim		Cujubim	03	142
	Buritis		Rio Branco	02	204
			Buritis I	04	474
			Buritis II	03	152
SUB-TOTAL					1.570
III	Nova união	Central	Nova união	01	125
	Mirante da Serra		Mirante da Serra	01	160
	Presidente Médici		Presidente Médici	03	147
	Nova Brasilândia	Jurisdição	Castanheiras	05	95
	Castanheiras				
	São Francisco do Guaporé	Jurisdição	São Francisco do Guaporé	06	667
	Seringueiras				
	Costa Marques				
SUB-TOTAL					1.473
TOTAL			16 NO	53	3.811

**Fonte:** Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA

## 9. DESCRIÇÃO DAS METAS E SERVIÇOS

1

O Núcleo Operacional compreende um conjunto de Assentamentos dispostos em arranjos de maneira a facilitar a execução dos serviços, sendo considerado na constituição desses arranjos a proximidade dos Assentamentos, o número de famílias, a otimização do deslocamento entre os projetos e a infraestrutura necessária para instalação do Núcleo Operacional (energia, internet, etc).

Considerando o contexto da PNATER, do Programa de ATER do INCRA e da demanda qualificada dos Projetos de Assentamento, no Estado de Rondônia, sob a responsabilidade da Superintendência Regional do INCRA de Rondônia SR (17), foram definidas 07 (sete) metas específicas, distribuídas nos eixos: Planejamento, Dimensão Produtiva, Dimensão Social/Cultural e Dimensão Ambiental que envolvem atividades de caráter individual, coletivo e complementar e que dialogam com os Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos – PDA. A conceituação dos serviços a serem contratados encontra-se no Item 10 deste Projeto Básico e o detalhamento de metas e serviços por Núcleo Operacional, encontra-se disposto no Anexo IV (Detalhamento das Metas e Serviços).

**META 01: Elaborar 16 (dezesesseis) planos de trabalho dos núcleos operacionais de ATER definidos no Anexo III.**

**Serviço 1:** realizar **03** (três) **Seminários** de Nivelamento Conceitual/Metodológico e Planejamento com a participação de técnicos e representações dos assentados (01 por lote);

**Serviço 2:** realizar **3.811** (três mil, oitocentas onze) **visitas** domiciliares para diagnóstico/qualificação das demandas, a fim de subsidiar o planejamento das atividades (uma visita por unidade familiar);

**Serviço 3:** realizar **3.811** (três mil, oitocentas onze) **visitas** de planejamento das unidades familiares (uma visita por unidade familiar);

**Serviço 4:** realizar **53** (cinquenta e três) **oficinas** de planejamento inicial das ações de ATER (uma em cada Projeto de Assentamento).

**Meta 02: Elaborar a socialização e a atualização de 23 (vinte três) PDA's ou PRA's.**

**Serviço 1:** realizar 46 (quarenta e seis) **oficinas** (duas por projeto de assentamento) objetivando a socialização e atualização dos PDA's e PRA's elaborados em contratos anteriores, conforme especificado no Anexo III.

**Meta 03: Elaborar e Socializar 30 (trinta) Projetos de Desenvolvimento dos Assentamentos.**

**Serviço 1:** realizar 30 (trinta) **oficinas** objetivando a consolidação do PDA dos assentamentos, baseado no projeto de estruturação de assentamento definido no Serviço 4 da Meta 01.

**Serviço 2:** realizar 30 (trinta) **reuniões** de apresentação e legitimação do PDA dos assentamentos.

**Meta 04: Elaborar o Cadastros Ambiental Rural – CAR de 3811 (três mil, oitocentas onze) famílias assentadas nos Projetos de Assentamentos atendidos.**

**Serviço 1:** Realizar **53** (cinquenta e três) **reuniões** de Conscientização, Esclarecimento e Mobilização dos Assentados sobre o Cadastro Ambiental Rural (uma em cada projeto de assentamento).

**Serviço 2:** Realizar **3811** (três mil, oitocentas onze) **visitas** técnicas para levantamento de informações ambientais e levantamento de vértices dos lotes, necessárias à elaboração do CAR.

**Serviço 3:** Elaboração de **3811** (três mil, oitocentas onze) croquis, indicando a área do imóvel rural, as Áreas de Preservação Permanente, as áreas de remanescentes de vegetação nativa que formam a Reserva Legal, as áreas de servidões administrativas, áreas consolidadas e as áreas de uso restrito, quando houver **e Requer** junto ao órgão ambiental competente, nos termo da legislação vigente, **3811** (três mil, oitocentas onze) Cadastrados Ambientais Rurais – CAR.

**Meta 05: Realizar 183 (cento e oitenta e três) eventos de capacitação e monitoramento dos serviços de ATER.**

**Serviço 1:** realizar **65** (sessenta e cinco) **oficinas** de capacitação em gestão de empreendimentos familiares e coletivos;

**Serviço 2:** Realizar **65** (sessenta e cinco) **oficinas** sobre Agroecologia;

**Serviço 3:** realizar **53** (cinquenta e três) **oficinas** de monitoramento das atividades de ATER (01 por assentamento).

**Meta 06: realizar 56 (cinquenta e seis) avaliações dos serviços de ATER.**

**Serviço 1:** realizar **53** (cinquenta e três) **oficinas** de avaliação das ações de ATER (01 por assentamento).

**Serviço 2:** realizar **03** (três) **seminários** de avaliação final do contrato (01 por lote);

**Meta 07: Executar 53 planos de trabalho contendo atividades complementares, conforme demandas identificadas durante cumprimento da Meta 1.**

**Serviço 1:** Executar 7239 (sete mil, duzentas e trinta e nove) **atividades complementares individuais**;

**Serviço 2:** Executar **603** (seiscentas e três) **atividades complementares coletivas**.

## 10. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

**META 01: Elaborar 16 (dezesseis) planos de trabalho dos núcleos operacionais de ATER definidos no Anexo III.**

**Serviço 1:** realizar **03** (três) **Seminários** de Nivelamento Conceitual/Metodológico e Planejamento com a participação de técnicos e representações dos assentados (01 por lote);

### **Metodologia:**

O seminário de nivelamento conceitual/metodológico e planejamento dos núcleos operacionais constituem-se numa atividade coletiva, com participação de técnicos e representantes dos Assentamentos, a ser realizado sob a coordenação e responsabilidade da Contratada.

O seminário será realizado em três dias, com carga horária de 24 horas, sendo o primeiro dia com a participação de técnicos e representações dos assentados, destinado a apresentação do contrato e da proposta de trabalho e os demais dias destinados ao estudo das metodologias constante das propostas de trabalho, bem como a operacionalização do sistema (SIATER ou sistema que vier substituí-lo).

O local de realização dos seminários deverá ser na sede do município em que está localizada a unidade do INCRA que jurisdiciona os projetos de assentamento de cada Lote, a saber: Lote I no município de Porto Velho; Lote II no município de Ariquemes e Lote III no município de Ji-paraná, a fim de facilitar o deslocamento e acomodação de todos os participantes, sendo recomendada a participação de, no mínimo, 30% de mulheres do público participante, obrigatória a participação dos assentados em pelo menos 01 (um) dia.

Estão previstas as despesas com **deslocamento, hospedagem, alimentação e material didático**, ficando sob responsabilidade da entidade prestadora de ATER a contratação e providências destes serviços, que também se responsabilizará pela mobilização para participação de representantes de cada Projeto de Assentamento, da seguinte maneira: para projetos com até 30 famílias beneficiadas 01 representante; para projetos de 31 a 60 famílias beneficiadas 02 representantes; e para projetos com mais de 60 famílias beneficiadas um representante para cada 30 famílias beneficiadas, conforme constante do Anexo III.

### **Meio de Verificação:**

Para comprovação desta atividade será solicitada a lista de presença com ateste dos assentados<sup>2</sup>, com 50% dos participantes previstos para o evento, recibo de prestação de serviços do monitor, relatório técnico, contendo descrição resumida das atividades realizadas, encaminhamentos, recomendações e registro fotográfico, inserida em sistema eletrônico próprio (SIATER ou sistema que vier substituí-lo).

Se o evento não atingir a quantidade de 50% dos participantes previstos, será descontado o valor referente às despesas de hospedagem, alimentação e material didático proporcionalmente ao número de faltantes, desde que haja a participação de no mínimo 10 % do previsto.

Caso no evento compareçam menos de 10 % dos participantes previstos, o evento será cancelado e serão pagas apenas as horas técnicas de planejamento e o deslocamento.

**Serviço 2:** realizar **3.811** (três mil, oitocentas onze) **visitas** domiciliares para diagnóstico/qualificação das demandas, a fim de subsidiar o planejamento das atividades (uma visita por unidade familiar);

### **Metodologia:**

Realização de visita individual em cada unidade produtiva familiar beneficiária, presente nos Assentamentos indicados pelo contratante, com duração aproximada de 04 horas, sendo 02 horas para preenchimento de formulários cujo modelo será disponibilizado pelo INCRA e 02 horas destinadas ao planejamento, deslocamento e sistematização das informações coletadas durante a visita.

Essa visita tem por objetivo a realização de uma “leitura” sobre o funcionamento da Unidade Familiar, seu modo de vida, organização e formas de produção e reprodução social.

No decorrer das visitas iniciais, os técnicos deverão realizar sensibilização e mobilização das famílias para participação nas oficinas de planejamento, quando se dará a elaboração do **Plano de Trabalho do Assentamento**.

---

2

Entende-se por “ateste dos (as) assentados (as)” o reconhecimento da atividade realizada por meio de assinatura aposta na lista de presença ou na “ficha de registro de atividade técnica” emitida pelo sistema SIATER ou por outro sistema que venha a substituí-lo.

### **Meio de Verificação:**

Este serviço será comprovado através de ateste do assentado na “*Ficha de registro de atividade técnica*” e relatório contendo diagnóstico consolidado da parcela visitada, inseridos em sistema eletrônico próprio (SIATER ou sistema que vier substituí-lo).

**Serviço 3:** realizar **3.811** (três mil, oitocentas onze) **visitas** de planejamento das unidades familiares (uma visita por unidade familiar);

### **Metodologia:**

Nesta visita os técnicos deverão ter em mãos os questionários aplicados durante a primeira visita aos assentados (Serviço 02, Meta 01) e a partir daí discutir o Projeto de Estruturação da Unidade Familiar, em conjunto com os beneficiários.

As informações coletadas nesta visita serão consolidadas em escritório e deverão se transformar em um documento formal de planejamento de cada parcela (Projeto de Estruturação Produtiva da Unidade Familiar), feito em duas vias, uma para o beneficiário e outra para a equipe de assistência técnica, devendo ser assinadas pelo técnico responsável e pelo beneficiário, se este estiver de acordo com o projeto.

A quantidade de horas técnicas previstas para a realização da atividade é de 05 horas, sendo 02 horas para execução dos trabalhos de campo por técnico e 03 horas destinadas ao planejamento, deslocamento e sistematização das informações

Em **até 30 (trinta) dias** da conclusão deste serviço e **antes** da execução do Serviço 04 da Meta 01, deverá ser entregue ao INCRA um relatório consolidado por projeto de assentamento, conforme modelo constante do Anexo XVI, relacionando:

- Demandas por Crédito Instalação;
- Demandas por Acesso aos Programas Terra Sol e Terra Forte;
- Demandas por Acesso ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA;
- Demandas por Acesso ao Programa Minha Casa Minha Vida Rural;

- Beneficiários sem documento Titulatório (Contrato de Concessão de Uso – CCU ou Título de Domínio – TD);
- Demandas por Atendimento pelo Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais – PNDTR;
- Demandas por Inclusão no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF;
- Demandas por Inclusão no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA;
- Demandas por Inclusão no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE;
- Demandas por Serviços Sociais para os beneficiários (INSS, saúde, educação, saneamento básico e outros que o projeto demandar);
- Demandas de Produtores que desenvolvem atividades produtivas de base agroecológica;
- Lotes em situação ambiental regular ou irregular;
- Demandas por Acesso a Energia Elétrica;
- Demandas por Acesso a Estrada;
- Demandas por Acesso a Água;
- Outras demandas.

#### **Meio de Verificação:**

A execução da visita de planejamento será comprovada através *de ateste do assentado na “Ficha de registro de atividade técnica” e da apresentação de um formulário resumido do Projeto de Estruturação de cada Unidade Familiar visitada, inseridos em sistema eletrônico próprio (SIATER ou sistema que vier substituí-lo)*

**Serviço 4:** realizar **53** (cinquenta e três) **oficinas** de planejamento inicial das ações de ATER (uma em cada Projeto de Assentamento).

#### **Metodologia:**

A Oficina de Planejamento deve ser a primeira atividade coletiva a ser realizada em cada Projeto de Assentamento, na qual a equipe técnica deverá apresentar os dados básicos do contrato (duração, número de técnicos, etc.),



buscando criar um clima de transparência e de compromisso, e deve contar com a participação de servidores do INCRA, representantes de instituições parceiras dos serviços de ATER, técnicos e assentados.

Este evento deverá ser realizado após a visita de coleta de dados visando a elaboração do Projeto de Estruturação Produtiva da Unidade Familiar (Serviço 03 Meta 01) para que sirva de subsídio no direcionamento dos serviços de ATER levando em consideração as demandas da comunidade. Assim, a equipe de ATER deverá trabalhar os seguintes pontos:

- Apresentar informações sobre o contrato e as linhas gerais da metodologia de trabalho da equipe;
- Socializar as metas previstas no Projeto Básico/Contrato;
- Apresentar o relatório consolidado do Serviço 3 da Meta 1 às famílias beneficiárias;
- Identificar as ações implementadas ou em execução a partir da intervenção das equipes de ATER que passaram pelo assentamento e captar novas demandas;

Orienta-se a participação de no mínimo 30% de mulheres nas oficinas.

É necessária a participação de um técnico de cada uma das dimensões (social, ambiental e agrário), totalizando 3, ou de todos os técnicos, caso o núcleo seja composto por menos de três profissionais.

Após a Oficina de Planejamento Inicial, a entidade prestadora de ATER deverá Elaborar o Plano de Trabalho do Assentamento contendo o planejando as atividades complementares individuais e coletivas que serão executadas naquele projeto de assentamento, que deverá contemplar ações relacionadas às dimensões produtiva, organizativa, social e ambiental, descrevendo como serão executadas estas metas e o respectivo cronograma, para ajuste no Sistema SIATER ou sistema que vier substituí-lo.

**A quantidade de horas técnicas previstas para a realização da Oficina é de 32 horas (podendo variar conforme numero de técnicos do lote, conforme demonstrado nas planilhas de cálculos de cada lote, parte integrante deste edital) sendo 08 horas para execução dos trabalhos de campo por técnico por técnico, 08 horas destinadas ao planejamento e deslocamento e 16 horas para sistematização das informações, relatórios e redação do plano de trabalho do assentamento.**

Estão previstos as despesas com **alimentação** e **material didático** aos (as) assentados, ficando sob responsabilidade da entidade prestadora de ATER a contratação e providências destes serviços.

### **Meio de Verificação:**

Para comprovação deste serviço será considerada a lista de presença dos participantes com ateste de no mínimo 50% do quantitativo previsto para a atividade, recibo de prestação de serviços do monitor, Plano de Trabalho do Assentamento, relatório fotográfico e técnico com a descrição das atividades realizadas, inseridos em sistema eletrônico próprio (SIATER ou sistema que vier substituí-lo).

Não serão aceitas listas de presença com cabeçalhos preenchidos manualmente, sem numeração em suas páginas e contendo rasuras.

Se o evento não atingir a quantidade de 50% participantes previstos, será descontado o valor referente às despesas de alimentação e material didático proporcionalmente ao número de faltantes, desde que haja a participação de no mínimo 10 % do previsto.

Caso no evento compareçam menos de 10 % dos participantes previstos, o evento será cancelado e serão pagas apenas as horas técnicas de planejamento e o deslocamento e o evento deverá ser **remarcado**, mediante solicitação da contratada e autorização do INCRA.

**Meta 02: Realizar a socialização e a atualização de 23 (vinte e três) PDA's ou PRA's.**

**Serviço 1:** realizar 46 (quarenta e seis) **oficinas** (duas por projeto de assentamento) objetivando a socialização e atualização dos PDA's e PRA's elaborados em contratos anteriores, conforme especificado no Anexo III.

### **Metodologia:**

As oficinas de socialização e atualização de PDA's/PRA's deverão ser realizadas em cada um dos projetos de assentamento cujos PDA's/PRA's foram elaborados até 2012, com a finalidade de dar amplo conhecimento das atividades planejadas e atualizar informações com vistas ao replanejamento.

Nessas oficinas, a equipe deverá utilizar-se de ferramentas de planejamento participativo, sendo registradas todas as informações relativas ao planejamento do desenvolvimento dos projetos (atividades planejadas e realizadas, atividades não

realizadas, demandas que surgiram após a conclusão dos Planos, etc). Tais informações deverão compor a nova Matriz de Planejamento dos PDA's.

**A quantidade de horas técnicas previstas para a realização da atividade é de 24 horas, sendo 08 horas para execução dos trabalhos de campo por técnico, 04 horas destinadas ao planejamento e deslocamento e 04 horas para sistematização das informações e relatórios.**

Estão previstos as despesas com alimentação e material didático aos assentados, ficando sob responsabilidade da entidade prestadora de ATER a contratação e providências destes serviços.

#### **Meio de Verificação:**

Para comprovação deste serviço será considerada a lista de presença dos participantes com ateste de no mínimo 50% do quantitativo previsto para a atividade, **recibo de prestação de serviços do monitor**, relatório fotográfico e técnico com a descrição das atividades realizadas, inseridos em sistema eletrônico próprio (SIATER ou sistema que vier substituí-lo)

*Não serão aceitas listas de presença com cabeçalhos preenchidos manualmente, sem numeração em suas páginas e contendo rasuras.*

Se o evento não atingir a quantidade de 50% participantes previstos, será descontado o valor referente às despesas de alimentação e material didático proporcionalmente ao número de faltantes, desde que haja a participação de no mínimo 10 % do previsto.

Caso no evento compareçam menos de 10 % dos participantes previstos, o evento será cancelado e serão pagas apenas as horas técnicas de planejamento e o deslocamento.

#### **Meta 03: Elaborar e Socializar 30 (trinta) Projetos de Desenvolvimento dos Assentamentos.**

**Serviço 1:** realizar 30 (trinta) **oficinas** objetivando a consolidação do PDA dos assentamentos, baseado no projeto de estruturação de assentamento definido no Serviço 4 da Meta 01.

#### **Metodologia:**

Partindo das demandas e necessidades dos projetos de assentamentos, levantadas durante a execução da Meta 01, a equipe deverá realizar oficinas nos projetos de assentamento indicados nos Anexo III com vistas a elaboração e consolidação do Projeto de Desenvolvimento do Assentamento – PDA, conforme roteiro a ser fornecido pelo INCRA.

A quantidade de horas técnicas previstas para a realização desta atividade é de 56 horas, sendo 08 horas para execução dos trabalhos de campo por técnico, 08 horas destinadas ao planejamento e deslocamento e 32 horas para sistematização das informações, relatórios e redação do plano.

Estão previstos as despesas com alimentação e material didático aos assentados, ficando sob responsabilidade da entidade prestadora de ATER a contratação e providências destes serviços.

#### **Meio de Verificação:**

Para comprovação deste serviço será considerada a lista de presença dos participantes com ateste de no mínimo 50% do quantitativo previsto para a atividade, **recibo de prestação de serviços do monitor**, relatório fotográfico e técnico com a descrição das atividades realizadas e Plano de Desenvolvimento do Assentamento para correção e validação pelo INCRA, inseridos em sistema eletrônico próprio (SIATER ou sistema que vier substituí-lo)

*Não serão aceitas listas de presença com cabeçalhos preenchidos manualmente, sem numeração em suas páginas e contendo rasuras.*

Se o evento não atingir a quantidade de 50% participantes previstos, será descontado o valor referente às despesas de alimentação e material didático proporcionalmente ao número de faltantes, desde que haja a participação de no mínimo 10 % do previsto.

Caso no evento compareçam menos de 10 % dos participantes previstos, o evento será cancelado e serão pagas apenas as horas técnicas de planejamento e o deslocamento.

**Serviço 2:** realizar 30 (trinta) **reuniões** de apresentação e legitimação do PDA dos assentamentos.

## **Metodologia**

Após a aprovação do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA pelo INCRA, a equipe de ATER promoverá uma reunião para apresentação do Plano para as famílias assentadas, visando a aprovação e legitimação deste pela comunidade.

A quantidade de horas técnicas previstas para a realização da atividade é de 14 horas, sendo 04 horas para execução dos trabalhos de campo por técnico, 04 horas destinadas ao planejamento e deslocamento e 02 horas para sistematização das informações e relatórios.

Estão previstos as despesas com material didático para os assentados, ficando sob responsabilidade da entidade prestadora de ATER a contratação e providências destes serviços.

## **Meio de Verificação:**

Para comprovação deste serviço será considerada a lista de presença dos participantes com ateste de 50% do quantitativo previsto para a atividade, recibo de prestação de serviços do monitor, ata da reunião com a decisão das famílias assentadas sobre a aprovação ou rejeição do PDA, relatório fotográfico e técnico com a descrição das atividades realizadas, inseridos em sistema eletrônico próprio (SIATER ou sistema que vier substituí-lo)

Não serão aceitas listas de presença com cabeçalhos preenchidos manualmente, sem numeração em suas páginas e contendo rasuras.

Se o evento não atingir a quantidade de 50% participantes previstos, será descontado o valor referente às despesas de material didático proporcionalmente ao número de faltantes, desde que haja a participação de no mínimo 10 % do previsto.

Caso no evento compareçam menos de 10 % dos participantes previstos, o evento será cancelado e serão pagas apenas as horas técnicas de planejamento e o deslocamento.

**Meta 04: Elaborar o Cadastros Ambiental Rural – CAR de 3811 (três mil, oitocentas onze) famílias assentadas nos Projetos de Assentamentos atendidos.**

**Serviço 1:** Realizar **53** (cinquenta e três) **reuniões** de Conscientização, Esclarecimento e Mobilização dos Assentados sobre o Cadastro Ambiental Rural (uma em cada projeto de assentamento).

### **Metodologia**

Nessas reuniões a equipe deverá apresentar informações para Conscientização e Esclarecimento das famílias assentadas sobre o Cadastro Ambiental Rural - CAR, definindo a melhor forma de realizar o cadastramento ambiental das famílias de cada projeto de assentamento bem como solicitar as famílias que providenciem a documentação necessária para a elaboração do cadastro, na forma da legislação vigente.

A quantidade de horas técnicas previstas para a realização da atividade é de 14 horas, sendo 04 horas para execução dos trabalhos de campo por técnico, 04 horas destinadas ao planejamento e deslocamento e 02 horas para sistematização das informações e relatórios.

Estão previstos as despesas com material didático para os assentados, ficando sob responsabilidade da entidade prestadora de ATER a contratação e providências destes serviços.

### **Meio de Verificação:**

Para comprovação deste serviço será considerada a lista de presença dos participantes com ateste de no mínimo 50% do quantitativo previsto para a atividade, recibo de prestação de serviços do monitor, ata da reunião, relatório fotográfico e técnico com a descrição das atividades realizadas, inseridos em sistema eletrônico próprio (SIATER ou sistema que vier substituí-lo)

Não serão aceitas listas de presença com cabeçalhos preenchidos manualmente, sem numeração em suas páginas e contendo rasuras.

Se o evento não atingir a quantidade de 50% participantes previstos, será descontado o valor referente às despesas de material didático proporcionalmente ao número de faltantes, desde que haja a participação de no mínimo 10 % do previsto.

Caso no evento compareçam menos de 10 % dos participantes previstos, o evento será cancelado e serão pagas apenas as horas técnicas de planejamento e o deslocamento.

**Serviço 2:** Realizar **3811** (três mil, oitocentas onze) **visitas técnicas** para levantamento de informações ambientais e levantamento de vértices dos lotes, necessárias à elaboração do CAR.

### **Metodologia:**

Durante a visita à parcela, deverão ser levantadas as informações necessárias para requerimento do Cadastro Ambiental Rural. Neste momento também serão identificadas as coordenadas geográficas dos marcos (vértices) da parcela, de situações ambientais pertinentes (áreas desmatadas, áreas de preservação permanente, as áreas de remanescentes de vegetação nativa que formam a Reserva Legal, hidrografia, áreas produtivas, as áreas de servidões administrativas, áreas consolidadas e as áreas de uso restrito, entre outras.)

**A quantidade de horas técnicas previstas para a realização da visita é de 04 horas, sendo 02 horas para execução dos trabalhos de campo por técnico e 02 horas destinadas ao planejamento, deslocamento e sistematização das informações.**

### **Meio de Verificação:**

Este serviço será comprovado através de ateste dos beneficiários com a descrição da atividade realizada que deverá ser inserido em sistema eletrônico próprio (SIATER ou sistema que vier substituí-lo).

**Serviço 3:** Elaboração de **3811** (três mil, oitocentas onze) croquis, indicando a área do imóvel rural, as Áreas de Preservação Permanente, as áreas de remanescentes de vegetação nativa que formam a Reserva Legal, as áreas de servidões administrativas, áreas consolidadas e as áreas de uso restrito, quando houver **e Requer** junto ao órgão ambiental competente, nos termo da legislação vigente, **3811** (três mil, oitocentas onze) Cadastrados Ambientais Rurais – CAR.

Após o levantamento das informações em campo (Serviço 2 Meta 3) deverão ser realizados trabalhos para confecção do Croqui e todas as demais providências previstas no CAPÍTULO III, INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2/MMA, DE 06 DE MAIO

DE 2014, ou a que vier substituí-la, para realizar o Cadastro Ambiental Rural das Famílias Assentadas.

**A quantidade de horas técnicas previstas para a realização da visita é de 02 horas, para planejamento, execução dos trabalhos, e sistematização das informações.**

#### **Meio de Verificação:**

Para comprovação deste serviço deverá ser apresentado o recibo de inscrição do CAR, garantindo o cumprimento do disposto no § 2º do art. 14 e o § 3º do art. 29 da Lei nº 12.651, de 2012, juntamente com o ateste certificando o recebimento do mesmo pelo beneficiário, inseridos em sistema eletrônico próprio (SIATER ou sistema que vier substituí-lo).

**Meta 05: Realizar 183 (cento e oitenta e três) eventos de capacitação e monitoramento dos serviços de ATER.**

**Serviço 1:** realizar **65** (sessenta e cinco) **oficinas** de capacitação em gestão de empreendimentos familiares e coletivos;

#### **Metodologia:**

Estes eventos, a serem realizados após a elaboração de todos os Projetos de Estruturação Produtiva da Unidade Familiar, tem como objetivo capacitar os assentados em gestão produtiva da unidade familiar.

Nos projetos de assentamento cuja Relação de Beneficiários – RB seja inferior a 100 (cem) famílias será realizada uma oficina; naqueles Assentamentos que apresentarem RB superior a 100 (cem) famílias, duas oficinas.

**A quantidade de horas técnicas previstas para a realização da Oficina é de 24 horas, sendo 08 horas para execução dos trabalhos de campo por técnico e 06 horas destinadas ao planejamento e deslocamento e 02 horas para sistematização das informações e relatórios.**

Estão previstos as despesas com alimentação e material didático aos (as) assentados (as), ficando sob responsabilidade da entidade prestadora de ATER a contratação e providências destes serviços.



### **Meio de Verificação:**

Para comprovação deste serviço será considerada a lista de presença dos participantes com ateste de no mínimo 50% da quantidade de participantes prevista para a atividade, recibo de prestação de serviços do monitor, relatório fotográfico e técnico com a descrição das atividades realizadas.

Se o evento não atingir a quantidade de 50% participantes previstos, será descontado o valor referente às despesas de alimentação e material didático proporcionalmente ao número de faltantes, desde que haja a participação de no mínimo 10 % do previsto.

Caso no evento compareçam menos de 10 % dos participantes previstos, o evento será cancelado e serão pagas apenas as horas técnicas de planejamento e o deslocamento.

**Serviço 2:** Realizar **65** (sessenta e cinco) **oficinas** sobre Agroecologia;

### **Metodologia:**

Estes eventos têm como objetivo apresentar aos assentados informações, conceitos e técnicas sobre Agroecologia.

Nos projetos de assentamento cuja Relação de Beneficiários – RB seja inferior a 100 (cem) famílias será realizada uma oficina; naqueles Assentamentos que apresentarem RB superior a 100 (cem) famílias, duas oficinas.

**A quantidade de horas técnicas previstas para a realização da Oficina é de 24 horas, sendo 08 horas para execução dos trabalhos de campo por técnico e 06 horas destinadas ao planejamento e deslocamento e 02 horas para sistematização das informações e relatórios.**

Estão previstos as despesas com alimentação e material didático aos (as) assentados (as), ficando sob responsabilidade da entidade prestadora de ATER a contratação e providências destes serviços.

### **Meio de Verificação:**

Para comprovação deste serviço será considerada a lista de presença dos participantes com ateste de no mínimo 50% da quantidade de participantes prevista para a atividade, recibo de prestação de serviços do monitor, relatório fotográfico e técnico com a descrição das atividades realizadas.

Se o evento não atingir a quantidade de 50% participantes previstos, será descontado o valor referente às despesas de alimentação e material didático proporcionalmente ao número de faltantes, desde que haja a participação de no mínimo 10 % do previsto.

Caso no evento compareçam menos de 10 % dos participantes previstos, o evento será cancelado e serão pagas apenas as horas técnicas de planejamento e o deslocamento.

**Serviço 3:** realizar **53** (cinquenta e três) **oficinas** de monitoramento das atividades de ATER (01 por assentamento).

#### **Metodologia:**

A oficina de monitoramento nos Projetos de Assentos é atividade de caráter coletivo envolvendo o conjunto de famílias beneficiárias, a ser executada por uma dupla de técnicos (as) da equipe de ATER.

Tem por objetivo acompanhar a satisfação das famílias em relação à qualidade, conteúdo e resultados alcançados com a execução das atividades previstas e realizadas no decorrer do contrato, e, ainda identificar necessidade de ajustes no Plano de Trabalho do Assentamento e na execução dos serviços para os meses subsequentes até a conclusão do primeiro ano de execução de ATER.

Este evento acontecerá nas dependências dos Projetos e ocorrerá sob a coordenação da equipe técnica de ATER, com a participação das famílias beneficiárias atendidas por estes, podendo haver participação dos fiscais do contratante.

Orienta-se a participação de no mínimo 30% de mulheres nas oficinas.

**A quantidade de horas técnicas previstas para a realização da Oficina é de 32 horas, sendo 08 horas para execução dos trabalhos de campo por técnico e 08 horas destinadas ao planejamento e deslocamento e 08 horas para sistematização das informações e relatórios.**

Estão previstos as despesas com alimentação e material didático aos (as) assentados (as), ficando sob responsabilidade da entidade prestadora de ATER a contratação e providências destes serviços.

### **Meio de Verificação:**

Para comprovação deste serviço será considerada a lista de presença dos participantes com ateste de no mínimo 50% da quantidade de participantes prevista para a atividade, recibo de prestação de serviços do monitor, Plano de Trabalho do Assentamento revisado, relatório fotográfico e técnico com a descrição das atividades realizadas.

Se o evento não atingir a quantidade de 50% participantes previstos, será descontado o valor referente às despesas de alimentação e material didático proporcionalmente ao número de faltantes, desde que haja a participação de no mínimo 10 % do previsto.

Caso no evento compareçam menos de 10 % dos participantes previstos, o evento será cancelado e serão pagas apenas as horas técnicas de planejamento e o deslocamento.

### **Meta 06: realizar 56 (cinquenta e seis) avaliações dos serviços de ATER.**

**Serviço 1:** realizar **53** (cinquenta e três) **oficinas** de avaliação das ações de ATER (01 por assentamento).

### **Metodologia:**

As oficinas serão realizadas em cada projeto de assentamento atendido por esta Chamada Pública e constituir-se-á num momento em que as famílias assentadas poderão fazer uma avaliação dos serviços prestados, indicando os aspectos que foram positivos para o desenvolvimento das Unidades de Produção Familiar, as dificuldades e problemas que não foram resolvidos através da intervenção das equipes técnicas e os encaminhamentos que poderão ser viabilizados a partir de uma possível renovação contratual.

Esta atividade deverá ocorrer entre o décimo e o décimo primeiro mês de execução do contrato, antecedendo, portanto, a realização do seminário de avaliação final do contrato. Constituir-se-á, por assim dizer, uma etapa preparatória para o seminário. Ao final do evento deverão ser escolhidos pela comunidade os

representantes que irão representar o projeto de assentamento no seminários de avaliação final do contrato, na seguinte proporção: para projetos com até 30 famílias beneficiadas 01 representante; para projetos de 31 a 60 famílias beneficiadas 02 representantes; e para projetos com mais de 60 famílias beneficiadas 01 para cada 30 famílias beneficiadas, conforme constante do Anexo III, (recomendável participação de no mínimo 30% de mulheres).

Deverão ser convidados a participar das oficinas, servidores do INCRA da equipe de ATER, os chefes das unidades, como também as autoridades estaduais ou municipais tais como: os secretários de agricultura, obras, saúde, educação, ambiental e áreas interessadas.

**A quantidade de horas técnicas previstas para a realização da Oficina é de 32 horas, sendo 08 horas para execução dos trabalhos de campo por técnico e 08 horas destinadas ao planejamento e deslocamento e 08 horas para sistematização das informações e relatórios.**

Estão previstos as despesas com alimentação e material didático aos (as) assentados (as), ficando sob responsabilidade da entidade prestadora de ATER a contratação e providências destes serviços.

#### **Meio de Verificação:**

Para comprovação deste serviço será considerada a lista de presença dos participantes com ateste de no mínimo 50% da quantidade de participantes prevista para a atividade, recibo de prestação de serviços do monitor, relatório sobre a execução do Plano de Trabalho do Assentamento (demandas atendidas e não atendidas, avanços, entraves, sugestões para Plano de Trabalho do Assentamento do ano subsequente), relatório fotográfico e técnico com a descrição das atividades realizadas.

*Não serão aceitas listas de presença com cabeçalhos preenchidos manualmente, sem numeração em suas páginas e contendo rasuras.*

Se o evento não atingir a quantidade de 50% participantes previstos, será descontado o valor referente às despesas de alimentação e material didático proporcionalmente ao número de faltantes, desde que haja a participação de no mínimo 10 % do previsto.

Caso no evento compareçam menos de 10 % dos participantes previstos, o evento será cancelado e serão pagas apenas as horas técnicas de planejamento e o deslocamento.

**Serviço 2:** realizar **03** (três) **seminários** de avaliação final do contrato (01 por lote);

**Metodologia:**

O seminário de avaliação final do contrato deve ser realizado de forma coletiva com a participação da equipe de ATER, com duração de 24 horas, sendo 01 dia dedicado somente aos (as) técnicos (as) e os dois últimos dias com a participação das famílias selecionadas no Serviço 01 da Meta 06.

O local de realização dos seminários deverá ser na sede do município em que está localizada a unidade do INCRA que jurisdiciona os projetos de assentamento de cada Lote, a saber: Lote I no município de Porto Velho; Lote II no município de Ariquemes e Lote III no município de Ji-Paraná, a fim de facilitar o deslocamento e acomodação de todos os participantes.

A equipe deverá sistematizar os registros das informações, sugestões e críticas construtivas percebidas durante o seminário. Sendo também necessário uma autoavaliação pela equipe.

A equipe de ATER deverá fazer uso de técnicas e dinâmicas que propiciem a participação efetiva das famílias assentadas para a construção de uma avaliação focada na atuação geral da equipe de ATER, suas ações e resultados, bem como receber sugestões e críticas construtivas visando futuras adequações para as ações de ATER.

Estão previstas as despesas com deslocamento, hospedagem, alimentação e material didático para os assentados participantes da oficina, ficando sob a responsabilidade da entidade prestadora de ATER a contratação e providências destes serviços.

Neste evento é recomendável a representação de movimentos sociais e entidades governamentais atuantes nas áreas atendidas pela ATER.

**Meio de Verificação:**

Para comprovação deste serviço será considerada a lista de presença dos participantes do seminário (com ateste dos representantes dos Assentamentos), ateste de no mínimo 50% da quantidade de participantes prevista para a atividade recibo de prestação de serviços do monitor, relatório técnico com a descrição resumida das atividades realizadas durante o evento e registro fotográfico, bem como apresentação de um Plano de Ação (o INCRA fornecerá roteiro simplificado para a elaboração deste plano de ação) para o ano subsequente, caso o contrato venha a ser renovado.

Se o evento não atingir a quantidade de 50% participantes previstos, será descontado o valor referente às despesas de deslocamento, hospedagem, alimentação e material didático proporcionalmente ao número de faltantes, desde que haja a participação de no mínimo 10 % do previsto.

Caso no evento compareçam menos de 10 % dos participantes previstos, o evento será cancelado e serão pagas apenas as horas técnicas de planejamento e o deslocamento.

**Meta 07: Executar 53 planos de trabalho contendo atividades complementares conforme demandas identificadas durante cumprimento da Meta 1.**

**Serviço 1:** Executar 7239 (sete mil, duzentas e trinta e nove) **atividades complementares individuais;**

**Metodologia:**

Para a composição dos serviços do Plano de Trabalho do Assentamento de atividades complementares (individuais e coletivas) será utilizado o saldo de horas disponível de cada núcleo operacional, na proporção sugerida de 60% para atividades complementares individuais e 40% para atividades complementares coletivas, podendo esta proporção ser alterada com a apresentação de documento contendo justificativa da prestadora e mediante aprovação do INCRA, que totalizam 7.239 atividades complementares individuais, considerando para atividade individual o tempo médio de 4 horas, sendo 2 horas para planejamento, deslocamento e sistematização e 2 horas para a realização da atividade, conforme anexo V do Edital.

### **Meio de Verificação:**

As atividades complementares individuais serão comprovadas ateste do assentado na “Ficha de registro de atividade técnica”, inserida em sistema eletrônico próprio (SIATER ou sistema que vier substituí-lo).

**Serviço 2:** Executar 603 (seiscentas e três) **atividades complementares coletivas**.

### **Metodologia:**

Para a composição dos serviços do Plano de Trabalho de atividades complementares (individuais e coletivas) será utilizado o saldo de horas disponível de cada núcleo operacional, na proporção de 60% para atividades complementares individuais e 40% para atividades complementares coletivas, podendo esta proporção ser alterada com a apresentação de documento contendo justificativa da prestadora e mediante aprovação do INCRA, que totalizam 603 atividades complementares coletivas.

A quantidade de horas técnicas previstas para a realização das atividades complementares coletivas é de 32 horas, sendo 08 horas para execução dos trabalhos de campo por técnico e 8 horas destinadas ao planejamento e deslocamento e 8 horas para sistematização das informações e relatórios.

Nas Atividades Complementares Coletivas Estão previstos as despesas com alimentação e material didático aos (as) assentados (as), ficando sob responsabilidade da entidade prestadora de ATER a contratação e providências destes serviços.

### **Meio de Verificação:**

Para comprovação das atividades complementares coletivas será considerada a lista de presença dos participantes com ateste de no mínimo 50% da quantidade de participantes prevista para a atividade, recibo do monitor, relatório fotográfico e técnico com a descrição das atividades realizadas.

Não serão aceitas listas de presença com cabeçalhos preenchidos manualmente, sem numeração em suas páginas e contendo rasuras.

Se o evento não atingir a quantidade de 50% participantes previstos, será descontado o valor referente às despesas de alimentação e material didático proporcionalmente ao número de faltantes, desde que haja a participação de no mínimo 10 % do previsto.

Caso no evento compareçam menos de 10 % dos participantes previstos, o evento será cancelado e serão pagas apenas as horas técnicas de planejamento e o deslocamento.

## 11. DETALHAMENTO DAS METAS POR LOTE

O detalhamento das metas por lote de Assentamentos encontra-se disposto no Anexo IV do Edital.

## 12. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Na tabela abaixo consta o resumo de todos os serviços descritos anteriormente e a sua distribuição no período do contrato (12 meses).

ATIVIDADE		Período de realização/Meses											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Meta 01 serviço 01	Seminários de nivelamento conceitual/metodológico e planejamento	X											
Meta 01 serviço 02	Visitas domiciliares para diagnóstico/qualificação das demandas	X	X	X									
Meta 01 serviço 03	Visitas de planejamento das unidades familiares	X	X	X									
Meta 01 serviço 04	Oficinas de planejamento inicial das ações de ATER				X								
Meta 02 serviço 01	Oficina de socialização e atualização dos PDA'S e PRA'S				X								
Meta 03 serviço 01	Oficinas de consolidação do PDA					X							
Meta 03 serviço 02	Reuniões de apresentação e legitimação do PDA						X						
Meta 04 serviço 01	Reuniões de conscientização, esclarecimento e mobilização dos assentados sobre CAR				X								
Meta 04 serviço 02	Visitas técnicas para levantamento de informações ambientais e levantamento de vértices dos lotes				X	X	X						
Meta 04	Elaboração de croquis e requerimentos				X	X	X						



serviço 03	do CAR													
Meta 05 serviço 01	Oficinas de capacitação em gestão de empreendimentos							X						
Meta 05 serviço 02	Oficinas sobre Agroecologia								X					
Meta 05 serviço 03	Oficinas de monitoramento das atividades de ATER							X						
Meta 06 serviço 01	Oficinas De Avaliação Das Ações De ATER												X	
Meta 06 serviço 02	Seminários de Avaliação Final Do Contrato													X
Meta 07 serviço 01	Atividades Complementares Individuais				X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Meta 07 serviço 02	Atividades Complementares Coletivas				X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

**Tabela 2** - Resumo do cronograma de execução das metas/serviços.

As metas/serviços não cumpridos deverão ser devidamente justificados e poderão ser realizados nos meses subsequentes, desde que inseridos no calendário do mês e com autorização do INCRA, que realizará os devidos ajustes se necessário do cronograma de execução no SIATER ou sistema que vier substituí-lo.

Constatado através de fiscalização de atividades realizadas em desacordo com execução em campo e que já tenha havido pagamento, será efetivado o desconto do valor correspondente no pagamento da Fatura/Nota Fiscal subsequente.

### 13. CONCEITUAÇÃO DOS SERVIÇOS

A DESCRIÇÃO E CONCEITUAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATER CONSTAM DO ANEXO I DA PORTARIA/INCRA/P/Nº 581, DE 20 DE SETEMBRO DE 2010.

### 14. CONSTITUIÇÃO DOS NÚCLEOS OPERACIONAIS

Em conformidade com o que dispõe a Portaria/INCRA/P/Nº 581, de 20 de setembro de 2010 e o Manual Operacional de ATER, os Núcleos Operacionais são unidades constituídas em função das especificidades de cada região, para implementar os serviços de ATER, dotados de infraestrutura física adequada e equipe técnica multidisciplinar e diversificada em termos de gênero.

Com a finalidade de favorecer a operacionalização das ações de ATER, otimizando custos e reduzindo o nível de esforço despendido pelas famílias no que se refere ao atendimento nos escritórios, a coordenação agregou os Assentamentos segundo critérios como distância máxima de 200 km até os projetos atendidos, disponibilidade de energia elétrica e linha telefônica. Os Núcleos Operacionais

deverão ser identificados através da instalação de uma placa conforme modelo especificado no Anexo XV.

Neste sentido, a entidade proponente deverá apresentar declaração firmando o compromisso de manter a infraestrutura operacional mínima exigida durante toda a execução do contrato.

Para melhor atendimento ao público beneficiário os núcleos operacionais deverão funcionar em horário comercial.

### **Cada núcleo deverá dispor da seguinte infraestrutura:**

#### **1- Sede (escritório)**

1. Placa de identificação instalada na parte frontal do escritório intitulada “Núcleo Operacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para os Assentamentos da Reforma Agrária”, contendo as logomarcas do INCRA e da empresa contratada. A placa deverá ser de material resistente e impressão colorida com 2,60 m (dois metros e sessenta centímetros) de comprimento e 1,40 m (um metro e quarenta centímetros) de largura.
2. 01 sala para trabalho dos técnicos;
3. 01 sala de recepção dos assentados (as) beneficiários (as);
4. 01 sala de reunião;
5. Banheiros;
6. disponibilidade de móveis para a boa organização e funcionamento do núcleo operacional (mesa para computador/impressora, mesa para reunião, cadeiras, estante ou armário, mural, bebedouro, etc).

#### **2) Equipamentos**

- Aparelho de telefone/fax;
- 1 computador fixo para cada 2 técnicos;
- 1 impressora multifuncional (impressora/scanner/fotocopiadora).
- 1 GPS de navegação para cada 2 técnicos;
- 1 Câmera fotográfica digital para cada 2 técnicos;
- 1 Notebook;
- 1 projetor multimídia;
- 1 *Flip Chart*.

#### **3) Veículos**

- Um automóvel para cada 2 a 4 técnicos;
- No caso de substituição do automóvel por motocicleta, utilizar a relação de uma motocicleta para cada 1 a 2 técnicos.

### **15. QUALIFICAÇÃO E PERFIL DAS EQUIPES TÉCNICAS**

A entidade proponente dos serviços objeto deste Projeto Básico, deverá dispor de equipes compostas por técnicos de nível médio e superior, com formação

multidisciplinar, a fim de atender aos princípios da Lei 12.188/10 e o contido no art. 6º do Decreto nº 7.215/10.

Para cada grupo de 10 a 15 profissionais deverá ser disponibilizado um coordenador técnico de nível superior.

Para Núcleos Operacionais que atendam mais de 200 famílias deverá ser disponibilizado também um técnico da área administrativa e para os Núcleos Operacionais que atendam mais de 400 famílias dois técnicos administrativos.

Durante a realização das atividades coletivas, a instituição contratada deverá disponibilizar 1 (um) monitor para promover recreação com as crianças de 01 a 10 anos. O referido profissional deverá ser contratado pelo período correspondente à duração da atividade coletiva.

O monitor deverá ser profissional autônomo, não possuindo vínculo empregatício com a contratada, sendo remunerado apenas pelas horas de serviços prestados, cujo custo foi estimado em R\$ 200,00 (duzentos reais a diária).

A comprovação da qualificação e perfil dos profissionais disponibilizados para atendimento dos serviços a serem contratados será feita mediante:

1. Apresentação do Currículo assinado dos Coordenadores, conforme modelo (Anexo XIII);
2. Apresentação do Currículo assinado dos Técnicos (nível superior e médio) que irão compor a equipe, conforme modelo (Anexo XIII);
3. Apresentação do Currículo assinado do Técnico Administrativo (nível médio) conforme modelo constante do (Anexo XIII);
4. As equipes deverão ser compostas por um conjunto de técnicos o qual deverá obedecer às qualificações e experiências profissionais descritas nos itens abaixo:

#### **1. Perfil do Coordenador (a) da Equipe Técnica**

1. Graduação de Nível Superior preferencialmente em Administração, caso não disponha deste profissional, poderá ser graduado em Ciências Agrárias, Ciências Econômicas ou Ciências Sociais;
2. Apresentar experiência em coordenação geral de equipes técnicas e/ou projetos;
3. Apresentar experiência profissional em ATER com agricultores familiares, assentados da reforma agrária ou comunidades extrativistas;
4. Preferencialmente ter experiência com políticas públicas voltadas para a erradicação da pobreza e para a inclusão produtiva;
5. Preferencialmente ser residente na região de atuação.

#### **2. Perfil dos Técnicos (as) de campo**

As equipes técnicas deverão ser compostas, por técnicos (as) de nível médio ou superior, de acordo com os itens descritos abaixo:

- a) Formação de nível médio técnico ou superior nas áreas de Ciências Sociais, Ciências Econômicas, Ciências Agrárias ou Biológicas;
- b) Preferencialmente jovens formados em Escolas Agrotécnicas/Institutos Federais e nas EFA's, entre outras instituições similares. As atividades realizadas durante o tempo de formação e/ou trabalho realizado no imóvel familiar, atestado pelo sindicato ou pela escola, serão consideradas como experiência;
- c) Experiência profissional em ATER com agricultores familiares, assentados da reforma agrária ou comunidades extrativistas;
- d) Preferencialmente ter experiência de atuação com ATER para Mulheres Rurais;
- e) Preferencialmente possuir experiência em políticas públicas voltadas para as mulheres, jovens e idosos;
- f) Preferencialmente possuir formação nos temas de agroecologia, sistemas de produção sustentáveis, desenvolvimento rural sustentável, agroextrativismo e/ou extrativismo;
- g) Preferencialmente possuir experiência em ministrar cursos de formação para agricultores familiares ou povos e comunidades tradicionais nos temas de gestão de empreendimentos comunitários, políticas públicas e programas de crédito voltados aos agroextrativistas ou organizações comunitárias, agroecologia, sistemas de produção sustentáveis, desenvolvimento rural sustentável, agroextrativismo e/ou extrativismo e acesso aos mercados institucionais e/ou diferenciados;
- h) Preferencialmente possuir experiência em metodologias participativas de diagnóstico, planejamento, assessoria e treinamento para organizações comunitárias nas áreas de gestão estratégica, contábil ou administrativa;
- i) Preferencialmente ter experiência em aquicultura e pesca;
- j) Preferencialmente residir no município de atuação.

### **3. Perfil do Técnico (a) administrativo (a)**

- a) Formação de nível médio ou técnico, com experiência em manejo de tecnologia da informação (domínio em editores de texto, planilhas eletrônicas e internet);
- b) Experiência em organização de arquivos, redação de documentos e suporte as atividades das equipes técnicas;
- c) Preferencialmente residente no município de atuação.

### **4. Perfil dos Monitores**

- a) Formação de nível médio, magistério ou estar cursando pedagogia;
- b) Experiência e/ou habilidade para lidar com crianças;
- c) Capacidade de comunicação e espírito criativo.

## **16. DAS ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS**

### **1. Atribuições do (a) Coordenador(a) da Equipe Técnica**

- a) Coordenação e monitoramento das atividades dos (as) técnicos (as);
- b) Sistematização das demandas dos (as) beneficiários (as) identificadas pelos Técnicos (as);
- c) Interlocução com os atores indicados pela coordenação do Programa (gestores municipais, instâncias colegiadas, outros órgãos dos governos federal e

- estaduais, redes temáticas apoiadas pelo MDA, como a de juventude, educadores (as) territoriais e agentes de outras políticas do INCRA, MMA e MDS) para encaminhamentos das demandas do público beneficiário;
- d) Orientação e Apoio técnico ao trabalho realizado pelos (as) Técnicos (as) de campo;
  - e) Articulação das demandas dos (as) técnicos (as) para suporte tecnológico da rede de apoio ao programa – Embrapa, Organizações Estaduais e Universidades e Institutos Federais, entre outros;
  - f) Coordenação e supervisão do envio de dados aos sistemas informatizados;
  - g) Coordenação e supervisão dos documentos gerados pelo contrato (atestes, diagnósticos, projetos de estruturação da UPF, avaliações, material didático, fotos, etc.);
  - h) Acompanhar, monitorar e assegurar a execução dos Planos de Trabalhos de Assentamentos;
  - i) Se reportar diretamente aos Assegurados e Fiscais da Contratante, quanto aos entraves, dificuldades, necessidades identificadas e sugestões de melhoria dos trabalhos;
  - j) Atender as solicitações requeridas pelos Assegurados e Fiscais da Contratante e repassar aos técnicos as orientações;
  - h) Providenciar junto ao setor competente da contrata a manutenção das condições de funcionamento do escritório bem como da logística necessária à execução das atividades de campo.

## **2. Atribuições dos (as) Técnicos (as) de Campo**

- a) Executar as atividades contratadas de acordo com os princípios metodológicos da PNATER, com as diretrizes constantes nesta Chamada Pública e com o estabelecido em contrato;
- b) Apoiar ações de parceiros, assim como de outros órgãos públicos federais, estaduais e prefeituras, no âmbito das atividades previstas neste edital e no Plano Brasil Sem Miséria;
- c) Identificar outras demandas relacionadas a ATER existentes junto a comunidade e repassar aos Coordenadores de Equipe e ao INCRA;
- d) Assumir as atribuições do Técnico Administrativo, caso o núcleo não disponha desse profissional.

## **3. Atribuições dos (as) Técnicos (as) Administrativos (as)**

- a) Auxiliar na organização de arquivos, no envio e no recebimento de documentos com o objetivo de assegurar a localização pronta de dados no escritório;
- b) Auxiliar no atendimento aos assentados que procuram o escritório quando da ausência dos técnicos, mantendo um livro de registro dos assuntos trazidos por esses, fins de repassá-los aos técnicos;
- c) Inserir informações e documentos comprobatórios da realização dos serviços contratados no SIATER ou sistema que vier substituí-lo;
- d) Auxiliar na realização das atividades coletivas desenvolvidas nos Assentamentos, sempre que houver necessidade, a critério do Coordenador da Equipe Técnica.

É vedada a redução do quantitativo de profissionais, a modificação do perfil da equipe técnica que resulte em pontuação inferior aquela apurada quando da

habilitação segundo os critérios de seleção (Anexo XIV) e a redução da porcentagem de mulheres apresentadas na equipe técnica constante da proposta. Qualquer alteração da equipe técnica apresentada inicialmente deverá ser autorizada pelo contratante, mediante apresentação de currículo equivalente ao perfil do técnico contratado que está sendo substituído.

#### **4. Atribuições dos (as) monitores**

- a) Acolher e organizar as crianças de acordo com as faixas etárias;
- b) Promover atividades recreativas adequadas para o público infantil presente nas atividades coletivas das comunidades atendidas;
- c) Estimular a criação de material pedagógico e brinquedos a partir do uso de produtos disponíveis na própria comunidade;
- c) Introduzir jogos e brincadeiras que estimulem o desenvolvimento das capacidades criativas e cognitivas das crianças.

#### **17. COMPOSIÇÃO DAS EQUIPES TÉCNICAS**

As equipes técnicas que comporão os núcleos operacionais integrantes desta chamada estão demonstradas na tabela abaixo, a qual deve ser estritamente observada na sua implantação. Serão exigidos os comprovantes do nível de escolaridade e registros dos respectivos Conselhos Profissionais de Classe, quando houver, no momento da contratação da empresa vencedora.

É obrigatória a contratação de pelo menos 01 profissional em Ciências Agrárias na composição técnica dos Núcleos Operacionais, que será responsável pela elaboração e acompanhamento das atividades ambientais previstas no Contrato, quando não houver outro profissional habilitado para tal. Recomenda-se que a equipe técnica tenha composição mista (homens e mulheres).

Os técnicos que constarem de forma repetida em mais de uma proposta serão desconsiderados e a entidade deverá substituí-los sob pena de invalidação da proposta.

EQUIPES DO LOTE 01														
Núcleo	PROJETO	FAMÍLIA S Projeto	Famílias por Núcleo	Técnicos por núcleo	Nível Superior			Nível Médio			Total	Total	Aux. Adm	Coord
					Soc	Amb	Agr	Soc	Amb	Agr	Sup	Médio		
Candeias	PAF Jequitibá	200	200	3,00		1		1		1	1	2	1	1
Jacy-Paraná	Nilson Campos	41	103	2,00			1	1			1	1		
	S. Francisco	62												
Porto Velho	Rio Madeira	123	123	2,00			1	1			1	1		
Joana D'Arc	Joana D'arc I	84	342	5,00										
	Joana D'arc II	112												
	Joana D'arc III	146				1	1	1	1	1	2	3	1	
	Joana D'arc III Parte II	0												
TOTAL LOTE		768	768	12,00	0	2	3	4	1	2	5	7	2	1

EQUIPES DO LOTE 02														
Núcleo	PROJETO	FAMÍLI AS Projeto	Famílias por Núcleo	Técnicos por núcleo	Nível Superior			Nível Médio			Total	Total	Aux. Adm	Coord
					Soc	Amb	Agr	Soc	Amb	Agr	Sup	Médio		
Theobroma	Lagoa Nova	87	339	5,00										2
	Santa Catarina	76												
	Santa Catarina Exp.	23				1	1	1	1	1	2	3	1	
	Rio Branco	153												
Ariquemes	Maria J. Rique	64	259	4,00		1	1	1		1	2	2	1	
	Joseodon	55												
	Entre Rios	55												
	Capitão Sílvia	75												

	Jandaira	10												
Cujubim	Renascer	8	142	2,00										
	Dois de Julho	100				1				1	1	1		
	Agostinho Becker	34												
Rio Branco	São Domingos	100	204	3,00			1	1	1		1	2	1	
	Pedra do Abismo	104												
Buritis I	Buritis	300	474	8,00										
	São Pedro	62												
	São Jose dos Buritis	52			1	1	2	1	1	2	4	4	2	
	Reviver	60												
Buritis II	Oriente	36	152	3,00										
	Jatobá	92					1		1	1	1	2		
	São Paulo	24												
<b>TOTAL LOTE</b>		<b>1570</b>	<b>1570</b>	<b>25,00</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>11</b>	<b>14</b>	<b>5</b>	<b>2</b>

EQUIPES DO LOTE 03														
Núcleo	PROJETO	FAMÍLI AS Projeto	Famílias por Núcleo	Técnicos por núcleo	Nível Superior			Nível Médio			Total	Total	Aux. Adm	Coord
					Soc	Amb	Agr	Soc	Amb	Agr	Sup	Médio		
Nova União	Margarida Alves	125	125	2			1	1			1	1		2
Mirante da Serra	Padre Ezequiel	160	160	2			1	1			1	1		
Presidente Médici	Chico Mendes	44	147	2			1		1		1	1		
	Chico Mendes I	50												
	Chico Mendes II	53												
Castanheiras	Paulo Freire	39	95	2			1	1			1	1		
	Paulo Freire II	13												
	Bela Vista	18												
	Oziel dos Carajás	18												



	PCA Zona da Mata	7												
São Francisco do Guaporé	Cautarinho	117	667	11	1	1	2	2	2	3	4	7	2	
	Gogó da Onça	157												
	Sagrada Família	89												
	S. Fco do Guaporé	82												
	Porto Murtinho	67												
	Bom Princípio II	155												
Costa Marques	Conceição	69	279	5		1	1	1	1	1	2	3	1	
	Bom Jesus	12												
	Serra Grande	35												
	Nova Esperança	19												
	Santa Izabel	9												
	Rio Azul	44												
	Rio Azul II	48												
	Macaco Preto	23												
	Rio Azul III	20												
TOTAL LOTE		1473	1473	24	1	2	7	6	4	4	10	14	3	2

## 18. COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS

O valor total da presente chamada pública é de **R\$ 9.729.656,60 (nove milhões, setecentas e vinte e nove mil, seiscentas e cinquenta e seis reais e sessenta centavos)**. Os pagamentos ocorrerão mensalmente, respeitando a periodicidade de prestação de serviços apresentada no cronograma de execução, com valor proporcional aos serviços executados no referido período, mediante apresentação do ateste do beneficiário e outras formas de comprovação requeridas.

### 18.1 - A composição do preço dos serviços de ATER é baseada nos seguintes itens:

**Horas Técnicas:** Valores de salários e encargos trabalhistas baseando-se na Lei nº 4.950-A /1966) para remuneração dos profissionais de Nível Superior e 50% deste valor para os profissionais de Nível Médio. O Valor anual para nível superior por ano é de R\$ 127.402,57 (Cento e vinte sete mil, quatrocentos e dois reais e cinquenta e sete centavos), do nível médio R\$ 63.701,28 (sessenta e três mil, setecentos e um reais e vinte e oito centavos), do assistente administrativo R\$ 22.482,81 (vinte e dois mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e oitenta e um centavos) e para o coordenador de equipes R\$ 149.885,38 (cento e quarenta e nove mil oitocentos e oitenta e cinco reais e trinta e oito centavos).

**Logística:** Foi utilizado como distância média de deslocamento, as distâncias constantes no SIPRA, a um custo de R\$ 1,30/km, valor padrão para locadoras de veículos, o que cobre as despesas com combustível e depreciação dos veículos.

**Despesa com Participantes:** Para determinadas atividades coletivas, de acordo com suas especificidades, foram previstas as seguintes despesas: R\$ 12,00/pessoa para alimentação, R\$ 13,16/pessoa para material didático, R\$ 120,00 a diária, valor praticado pelo Governo Estadual.

**Administração:** Para este tipo de despesa utilizou-se 8% do valor total das atividades do Núcleo Operacional (excluindo tributos), o que cobrirá gastos com aluguel de estrutura física, depreciação de equipamentos de informática (GPS, computadores, notebook, impressora, data show, telefone/fax e máquina fotográfica), mapas, material didático (flip chart), materiais de papelaria, confecção de, no mínimo, dois *banners* por núcleo operacional, placa de identificação do contrato que deverá ser afixado na entrada de todos os Assentamentos, placas em PVC para serem afixados nos lotes atendidos, adesivo automotivo, crachá e camisa de identificação dos técnicos e despesas mensais com telefone, internet, água e luz.

**Tributos:** Foram previstos 8,65% do valor total da fatura a ser emitida, como despesas com tributos, conforme legislação.

Os valores dos Lotes sofrem alterações devido à composição de cada um dos Núcleos Operacionais (número de famílias e composição da equipe técnica, número de atividades, etc.). O detalhamento completo da composição do custo dos serviços por Núcleo Operacional encontra-se no Anexo V deste Edital.

## **19. DAS ESTRUTURAS DE ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

O INCRA/RO realizará o acompanhamento, monitoramento e fiscalização das atividades da prestadora de ATER através dos Fiscais do Contrato, que serão servidores do quadro da Autarquia, nomeados por Ordem de Serviço, que serão responsáveis pelo acompanhamento, verificação e fiscalização das atividades individuais, por amostragem, e das atividades coletivas, quando possível, conforme Portaria INCRA 581/2010.

As estruturas de acompanhamento e fiscalização dos serviços contratados obedecerão expressamente o contido no Capítulo V da Lei 12.188 de 11 de janeiro de 2010, o Art. 8º do Decreto nº 7215 de 15 de junho de 2010, bem como os termos do Art. 67 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e a metodologia de amostragem será realizada conforme art. 4º da Portaria INCRA 581 de 20 de setembro de 2010.

Na medida do possível, serão priorizados para atuarem como fiscais de contratos os servidores do INCRA lotados nas Unidades Avançadas mais próximas da realização dos serviços contratados.

## **20. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este projeto básico apresentou a proposta para seleção de entidade (s) de Assistência Técnica e Extensão Rural na Reforma Agrária (ATER) da Superintendência Regional do INCRA de Rondônia (SR-17) para atender as demandas dos Projetos de Assentamentos federais ou reconhecidos constantes no Anexo III, buscando garantir às famílias assentadas o acesso às políticas públicas, propiciando desta forma incremento na produção e renda, respeito ao meio ambiente, em favor de uma melhor qualidade de vida no meio rural e a consolidação do Plano Nacional de Reforma Agrária.

## **ANEXO II**

### **MINUTA DO CONTRATO**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

Superintendência Regional do Estado de Rondônia

Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Av. Lauro Sodré, 3050 - Bairro Costa e Silva - Porto Velho/RO, CEP 76.803-  
488 fone (69) 3229-1545

---

**CONTRATO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O INSTITUTO NACIONAL  
DE COLONIZAÇÃO E REFORMA  
AGRÁRIA - INCRA, ATRAVÉS DA  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO  
ESTADO DE RONDONIA (SR-17), E A  
..... OBJETIVANDO  
A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO  
RURAL - ATER, EM PROJETOS DE  
ASSENTAMENTO DO INCRA,  
SITUADOS NO ESTADO DE  
RONDONIA.**

**O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA**, Autarquia Federal criada pelo Decreto-lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231 de 23 de outubro de 1984, instalada no Edifício Palácio do Desenvolvimento, Setor Bancário Norte, Brasília - DF, doravante denominado simplesmente o **INCRA**, neste ato representado por sua Superintendência Regional do INCRA no Estado De Rondônia, através de seu Superintendente Regional, ....., brasileiro, XXXX, portador do RG n.º ..... – SSP/..... e CPF n.º ....., nomeado pela Portaria INCRA/P/Nº , publicada do Diário Oficial da União de ....., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo ....., do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria MDA, n.º ....., de ....., e a ....., com sede na ....., registrado no CNPJ/MF sob o n.º ....., neste ato representado por seu ....., o Sr. ...., brasileiro(a), portador(a) do RG n.º ..... SSP/..... e inscrito no CPF sob o nº ....., doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, em consonância com o Processo/INCRA/SR-17/n.º xxxxxxxxxxxx/xxxx-xx e com o Termo de Dispensa de Licitação, sujeitando-se, no que couber, aos termos da Lei nº 8.666/93 e respectivas alterações (em especial o Art. 24, inciso XXX), da Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº101/2000, da Lei nº 4.504/64, do Decreto nº 93.872/86, do decreto 7.215/2010, da Portaria/Incra/P/581/2010, da Portaria/MDA/35/2010 e as IN/SLTI/MPOG/02/2008 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto do presente contrato é a prestação de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER no âmbito da Superintendência Regional do INCRA em Rondônia de acordo com a metodologia, objetivos, descrição dos serviços, quantitativo, equipe técnica e cronograma previsto na proposta técnica apresentada pela CONTRATADA, por meio de atividades individuais, coletivas e complementares, compreendendo o planejamento, a execução, monitoramento e avaliação, no contexto da implementação da Política Nacional

de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO A PROPOSTA TÉCNICA**

Constitui parte integrante do presente contrato o Projeto Básico, independentemente de transcrição, que as partes se obrigam a dar fiel cumprimento, bem como a Proposta Técnica apresentada pela CONTRATADA.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

O objeto do presente Contrato será executado em regime de empreitada por preço global.

## **CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

Não é permitida a subcontratação, total ou parcial do presente contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Caso seja verificada a existência de subcontratação ou a substituição de técnicos sem autorização do INCRA, salvo justificativa fundamentada, a CONTRATADA será multada, em valor equivalente a 1% (um por cento) do valor do contrato.

## **CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os locais de prestação dos serviços encontrar-se-ão detalhados no Projeto Básico, cuja síntese consta na abaixo.

Lote	Município	Território	Núcleo Operacional	N. de Assentamentos	N. de Famílias
XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX
			XXX	XXX	XXX
			XXX	XXX	XXX
	XXX		XXX	XXX	XXX
			XXX	XXX	XXX
SUB-TOTAL					XXX
TOTAL			XXX NO	XXX	XXX

**PARÁGRAFO ÚNICO** – A organização do trabalho a ser desempenhado será de responsabilidade da CONTRATADA, observando-se as obrigações referentes aos resultados que devem ser alcançados, cujos parâmetros encontram-se estipulados no Projeto Básico, que é parte constante e indissociável do presente contrato.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO**

O valor total do presente contrato é de R\$ ..... (.....).

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

A despesa prevista para o presente exercício, relativamente aos 12 (doze) meses de contrato, será de R\$ ..... (.....). que correrá à conta das atividades:

PTRES XXXXXX - PXXX - PI XXXXXX - ATER (Brasil sem Miséria)  
PTRES XXXXXX - PXXX - PI XXXXXX - ATER (Território da cidadania)  
PTRES XXXXXX - PXXX - PI XXXXXX. - ATER (Jurisdição).



Natureza de Despesa: XXXX

Fonte de Recurso: XXX

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O INCRA declara e junta comprovação de que os recursos para atender as despesas em exercícios seguintes estão assegurados através da inclusão no orçamento plurianual de investimentos, ou por prévia lei que autorize e fixe o montante das dotações que anualmente constarão do orçamento durante o prazo de sua execução, sendo os valores devidamente empenhados e suas dotações indicadas em termo aditivo, em conformidade com os artigos 30 e 31 do Decreto 93.872/86.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA**

O período de vigência do presente contrato será de 12 (doze meses), iniciando-se a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme dispõe a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, desde que a prorrogação seja justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato, assegurada à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro. O início da prestação dos serviços dar-se-á no prazo máximo de 15 dias após a expedição da Ordem de Serviço que autoriza a instituição vencedora do certame a iniciar as atividades.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Havendo necessidade, bem como conveniência e oportunidade, observadas as questões orçamentárias, poderão ser elaborados termos aditivos a cada 12 (doze) meses, objetivando a prorrogação do período de vigência.

#### **CLÁUSULA NONA – DO ADITAMENTO**

Qualquer alteração nos termos do presente contrato será feita mediante termo aditivo, sendo resguardado o interesse público. O ajustamento das metas e serviços pactuados ocorrerá mediante apresentação de nova proposta técnica

para o período a ser aditado, considerando-se as demandas surgidas durante a vigência do contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Caso seja constatado, no decorrer do contrato, que o número de famílias assentadas nos Projetos de Assentamentos é menor do que o indicado na Chamada Pública/Projeto Básico, o INCRA poderá, por meio de termo aditivo, inserir no contrato famílias assentadas em outros Projetos de Assentamento, que se encontrem dentro do Estado de Rondônia.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Não sendo possível a inclusão de novas famílias em substituição às famílias não encontradas em campo, as metas e valores serão reduzidas proporcionalmente, respeitando-se o estabelecido em lei.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA REPACTUAÇÃO**

A repactuação do preço do contrato observará a Lei 8.666/93, o Decreto 2.271/97, a IN/MPOG nº 02/2008 (acrescida das alterações da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 03, de 15 de outubro de 2009) e ainda os seguintes critérios:

- I. Será admitida a repactuação dos preços dos serviços contratados, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano;
- II. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, sendo certo que se considera como data limite aquela do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos da contratação for decorrente de mão-de-obra e estiver vinculado às datas-base destes instrumentos;
- III. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser

dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação;

IV. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a data inicial para a contagem da anualidade será a data-base da categoria profissional que represente a maior parcela do custo de mão-de-obra da contratação.

V. A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade disposta no subitem anterior, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito da CONTRATADA, e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

VI. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – - Nas repactuações subseqüentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação. Não haverá reajuste de preços durante o primeiro ano do contrato, conforme art. 37 da IN nº 02/2008 MPOG. Caso o contrato seja repactuado, os valores poderão ser reajustados somente uma vez ao ano conforme previsto neste parágrafo.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A CONTRATADA deverá exercer o direito à repactuação, pleiteando o reconhecimento deste perante a Administração, a partir do terceiro dia da data do depósito, e desde que devidamente registrado, no órgão regional do Ministério do Trabalho e Emprego, do acordo ou convenção coletiva de trabalho que fixar o novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo contrato, até a data da assinatura do instrumento de aditamento de prorrogação contratual subsequente, conforme determinado nos Acórdãos TCU nºs 1.827/2008 e 1.828/2008, do Plenário, caso em que serão reconhecidos os efeitos financeiros desde a data estabelecida no acordo ou convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa que alterou o salário da categoria profissional, observada a periodicidade anual.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Quando da solicitação da repactuação, esta somente será concedida mediante negociação entre as partes, considerando-se:

- I. Os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;
- II. As particularidades do contrato em vigência;
- III. O novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;
- IV. A nova planilha com a variação dos custos apresentada;
- V. Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
- VI. A disponibilidade orçamentária da CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO SEXTO** - A repactuação para fazer jus à variação de custos decorrentes do mercado referente aos preços dos materiais, será concedida com base na variação do INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor verificado e divulgado pelo IBGE, ou na sua falta, por substituto legal, em consonância com o inciso XXII do artigo 19 da IN/MPOG nº 02/2008 (acrescida das alterações da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 03, de 15 de outubro de 2009) e inciso XI do artigo 40 da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

I - A partir da assinatura do termo aditivo;

II. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras;

III. Em data retroativa, desde a data estabelecida no acordo ou convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa que alterou o salário da categoria profissional, observada a periodicidade anual, conforme o parágrafo quinto desta cláusula.

**PARÁGRAFO OITAVO** - A decisão sobre o pedido de repactuação será feita no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos. O prazo estabelecido neste item ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

**PARÁGRAFO NONO** - A Administração deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - Reconhecido o direito da CONTRATADA à repactuação, será lavrado instrumento de aditamento ao contrato vigente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

As atividades a serem realizadas pela CONTRATADA constam no Projeto Básico e na Proposta Técnica, conforme mencionado na Cláusula Segunda.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Se qualquer das partes ficarem temporariamente impedidas de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência

de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado, deverá comunicar o fato imediatamente à outra parte e ratificar por escrito a comunicação em até 10 (dez) dias, informando os efeitos danosos do evento.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior ficarão suspensas, enquanto essa perdurar, as obrigações que as partes ficarem impedidas de cumprir.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO INCRA**

Constituem obrigações do INCRA:

- a) Acompanhar e fiscalizar os serviços Contratados, tanto sob o aspecto quantitativo como qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, e comunicar à instituição ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte desta, para que assim se atinja os resultados prospectados no Projeto Básico objeto do contrato;
- b) Proporcionar as condições de sua alçada para que a CONTRATADA possa desempenhar os trabalhos dentro das normas previstas no presente instrumento;
- c) Rejeitar no todo ou em parte os serviços ou materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA;
- d) Designar um servidor para acompanhar, monitorar em sistema eletrônico e fiscalizar “*in loco*” os serviços objeto deste Contrato;
- e) Comunicar à CONTRATADADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço;
- f) Não permitir que os profissionais executem tarefas em desacordo com as condições pré-estabelecidas;
- g) Solicitar à CONTRATADA todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- h) Exigir o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado ou preposto ou prestador de serviços da CONTRATADA

que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para a supervisão e fiscalização e que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe foram designadas;

- i) Efetuar o pagamento pelos serviços prestados pela CONTRATADA, após atestadas às faturas, em conformidade com a execução das ações, apresentadas no cronograma físico e financeiro;

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADADA**

Para o alcance do objeto do presente contrato, a CONTRATADA se compromete a cumprir as seguintes obrigações:

- I. Executar os serviços, objeto da contratação, de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela Lei 12.188/2010, pelo Decreto 7215/2010, Portaria N. 581/2010 da DD e Nota Técnica 01/2011 e da Resolução CONAMA 458/2013, observando os prazos de início da execução, metas, etapas, resultados e outros constantes no Projeto Básico e da Proposta Técnica;
- II. Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto para tratar com a Equipe de Articulação (indicada pelo INCRA), com os fiscais do contrato e demais servidores do INCRA;
- III. Selecionar rigorosamente os técnicos que prestarão os serviços Contratados, encaminhando pessoas de boa conduta e demais referências e tendo suas funções profissionais legalmente registradas em seus conselhos profissionais, quando houver, e nas suas carteiras de trabalho;
- IV. Enviar mensalmente ao INCRA cópias comprobatórias dos vínculos empregatícios, mantidos entre a CONTRATADA e seus técnicos, com indicação do salário mensal pago a estes, de acordo com a legislação pertinente;

- V. Deverá a CONTRATADA disponibilizar a equipe, logo após a publicação do contrato, para execução dos serviços contratados;
- VI. Apresentar a relação nominal dos técnicos disponibilizados para a execução dos serviços;
- VII. Efetuar a reposição de pessoal, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);
- VIII. Prover a equipe técnica necessária para garantir a execução dos serviços, nos regimes contratados, sem interrupção seja, por motivos de férias, licença, falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;
- IX. Comunicar por escrito aos prepostos nomeados pelo INCRA quaisquer condições verificadas como inadequadas para execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;
- X. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, principalmente no tocante a eficácia e qualidade dos resultados a serem alcançados quando da execução do contrato;
- XI. Diligenciar no sentido de que seus técnicos cumpram rigorosamente a carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, em regime de exclusividade, devendo, ainda, serem substituídos, nos casos de faltas, ausência legal ou férias, de maneira a não prejudicar o bom andamento e a boa execução dos serviços;
- XII. Responsabilizar-se, em relação aos seus técnicos, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: salários, encargos previdenciários, trabalhistas, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo, assumindo a responsabilidade por todos os encargos e obrigações trabalhistas, vez que seus técnicos não manterão nenhum vínculo empregatício com o INCRA;
- XIII. A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados ao INCRA ou a terceiros, decorrentes da execução deste



contrato, inclusive acidentes, mortes, perdas e destruições parciais ou totais, isentando o INCRA de todas as reclamações que possam surgir, conseqüentemente, a este contrato, ainda que tais reclamações sejam resultantes de atos de seus prepostos ou de qualquer pessoa física ou jurídica na execução dos mesmos;

- XIV. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas seus técnicos no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas áreas de execução dos serviços;
- XV. Manter os seus técnicos sujeitos às normas disciplinares do INCRA, mesmo sem qualquer vínculo empregatício com este;
- XVI. Orientar a aplicação do Crédito Instalação e outras linhas de crédito, com o envolvimento das famílias assentadas, em todo o processo de elaboração e implementação, em consonância com os Planos (PDA e PRA) sob a coordenação das Unidades Avançadas do INCRA;
- XVII. Submeter-se aos mecanismos e procedimentos de acompanhamento, controle e avaliação dos resultados decorrentes das atividades desempenhadas, sem que isso caracterize uma relação de subordinação;
- XVIII. Exigir e realizar a quitação geral do contrato quando do término da vigência do mesmo, observado o disposto no art. 604 da Lei nº 10.406/2002, bem como o disposto na Lei nº 8.666/93 referente ao recebimento provisório e definitivo do objeto contratado;
- XIX. Inserir e encaminhar, por meio do sistema eletrônico próprio ao INCRA para fins de acompanhamento, monitoramento e liquidação de despesa, relatórios de execução dos serviços contratados, contendo:
  - a) identificação de cada beneficiário e demais membros da unidade familiar assistida, contendo nome, qualificação e endereço;
  - b) relatórios descritivo das atividades individuais e coletivas realizadas;
  - c) registro fotográficos;

- d) horas trabalhadas para realização de cada atividade;
- e) período dedicado à execução do serviço contratado;
- f) dificuldades e obstáculos encontrados se forem o caso;
- g) resultados obtidos com a execução do serviço;
- h) o ateste do beneficiário assistido em atividades de cunho individual, preenchido por este, de próprio punho;
- i) listas de presenças das atividades coletivas devidamente preenchidas e assinadas;
- j) atas, outros documentos, dados e informações exigidos nos formulários de execução das atividades disponíveis no sistema.

- XX. Manter em arquivo, em sua sede, toda a documentação original referente ao contrato firmado, incluindo os relatórios a que se refere o inciso anterior, para fins de fiscalização, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar da aprovação das contas anuais do órgão o INCRA pelo Tribunal de Contas da União;
- XXI. Caso o INCRA ou os órgãos responsáveis pelo controle externo e interno requeiram, disponibilizar a documentação original a que se refere o inciso anterior, ou cópia de seu inteiro teor, no prazo de 5 (cinco) dias contados a partir da data de recebimento da requisição, nos termos do que preceitua o §2º do art. 23 da Lei nº 12.188/10;
- XXII. Elaborar, assessorar e acompanhar a implementação do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA, observando os normativos existentes, especialmente a Resolução do CONAMA 458/2013;
- XXIII. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, bem como por quaisquer danos que porventura vier a ser provocados ao INCRA ou a terceiros;
- XXIV. Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, desde que comprovada sua culpa ou dolo, salvo os casos de força maior ou caso fortuito, de acordo com o artigo 393 do Código Civil Brasileiro;
- XXV. Manter, durante toda execução contratual em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na legislação, especialmente a infra-estrutura operacional mínima, de acordo com os parâmetros indicados no item

15 do Projeto Básico, sob pena de suspensão do pagamento dos serviços, até comprovação de atendimento dos itens exigidos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE**

Fica a CONTRATADA responsável pela publicidade deste contrato, dentro e fora dos Projetos de Assentamentos atendidos pelo presente contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Deverá ser afixada placa identificadora do contrato, na frente dos prédios onde os núcleos operacionais funcionarem de forma que fique visível.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Toda atividade coletiva deverá ter, pelo menos, dois “*banners*” destinados exclusivamente a identificação do programa de ATER, do INCRA e do MDA.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Toda a divulgação de trabalhos e eventos realizados no perímetro dos Projetos de Assentamentos deverá contar com ampla divulgação do nome da instituição contratante, o INCRA.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Todos os veículos automotivos utilizados para execução dos serviços deverão apresentar adesivo com modelo disponibilizado pelo INCRA.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Os técnicos que prestam serviços para o contrato, deverão apresentar-se devidamente identificados com uniforme e crachá em todas as atividades executadas.

**PARÁGRAFO SEXTO** – A CONTRATADA deverá comunicar a equipe ATER e convidar a superintendência do INCRA para todo e qualquer evento, que

ocorrer dentro do perímetro dos assentamentos, ou fora deste, relacionados ao contrato, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS**

O INCRA designará servidor e respectivo substituto para monitoramento e fiscalização do contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O acompanhamento de cada serviço contratado será exercido por monitoramento e fiscalização, na forma a ser disposta pelo INCRA, observado o seguinte:

- I. o monitoramento será realizado periodicamente e à distância, por meio de sistema eletrônico; e
- II. a fiscalização será realizada “*in loco*” e por meio de critérios de amostragem.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O envio dos relatórios mensais de execução de atividades deverá ser concluído pela CONTRATADA por meio de sistema eletrônico até o primeiro dia útil do mês subsequente ao de sua execução conforme cronograma físico e financeiro apresentado na Proposta Técnica pela CONTRATADA.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O prazo para análise e aprovação dos relatórios de execução de atividades enviados ao servidor designado pelo INCRA é de até 15 dias, contados a partir da data de conclusão de envio dos relatórios no sistema eletrônico.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Os relatórios de execução em que forem detectadas falhas e/ou incorreções pelo servidor designado para monitoramento do contrato serão devolvidos por meio eletrônico para manifestação, apresentação de justificativas, correções e/ou complementação da CONTRATADA, que deverá fazê-lo no prazo de até 5 (cinco) dias, sendo facultado a esta a exclusão de atividades dos relatórios para re-envio.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A re-análise dos relatórios para aprovação e/ou negação deverá ser feita pelo servidor designado em até 5 (cinco) dias após a sua entrega por meio do sistema eletrônico das justificativas, correções e/ou complementação pela CONTRATADA.

**PARÁGRAFO SEXTO** – As atividades dos relatórios negados pelo servidor designado poderão ser executadas pela CONTRATADA novamente, devendo esta manifestar-se formalmente esta intenção e apresentar novo cronograma para estas atividades.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – As atividades previstas na proposta técnica e que não forem executadas no mês programado deverão ser devidamente justificadas e poderão ser realizadas no mês imediatamente subsequente mediante a apresentação de cronograma, para inserção no calendário do mês e autorização do INCRA.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para o INCRA.

**PARÁGRAFO NONO** – A fiscalização pelo INCRA em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da CONTRATADA pela perfeita execução dos serviços.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – A não-aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará a dilação do prazo para entrega, salvo expressa concordância do INCRA.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – A CONTRATADA somente poderá executar qualquer tipo de serviço após a assinatura do Contrato, acompanhado da respectiva nota de empenho.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – A CONTRATADA deverá indicar um preposto para representá-la na execução do contrato, que deverá fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços por seus funcionários e outras obrigações pertinentes à contratação, sem qualquer custo adicional ao INCRA.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO PAGAMENTO**

No que concerne ao pagamento dos serviços Contratados, o mesmo dar-se-á da seguinte forma:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O pagamento será efetuado após a realização dos serviços, mediante Nota Fiscal/Fatura, que deverá ser apresentada até o ultimo dia do mês subsequente ao da realização dos serviços, de acordo com a demanda efetivamente executada, após as faturas serem aceitas e atestadas pelo servidor público designado como assegurado do contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Além dos requisitos previstos no art. 23 da Lei nº 12.188, de 2010, para fins de liquidação de despesa, será exigido o atesto do servidor público designado, o qual poderá ser realizado por meio do sistema eletrônico utilizado para o acompanhamento da execução dos serviços;

**PARAGRAFO TERCEIRO** – Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no INCRA em favor da CONTRATADA e sendo a multa superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário. O valor da multa poderá ainda ser pago pela contratada com recolhimento à conta da União através de GRU.

**PARAGRAFO QUARTO** – Na hipótese de atraso no pagamento da Nota Fiscal, devidamente atestada, o valor devido pela Administração será atualizado financeiramente, até a data do efetivo pagamento, de acordo com a variação do IGP-M/FGV, pro “*rata die*”.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Será retido, no ato do pagamento, o Imposto de Renda Pessoa Jurídica, nos termos da Lei nº 9.430/96, IN/SRF/STN/SFC/Nº04/98 e IN/SRF/Nº028/99 e demais legislações que regem a matéria.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Não havendo a constatação da execução integral das ações propostas para o mês, o INCRA reserva-se o direito de efetuar o pagamento proporcionalmente às ações realizadas, se em perfeita consonância com as especificações contratadas.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – O INCRA não efetuará pagamento de títulos descontados ou através de cobrança em bancos, bem como os que forem negociados com terceiros.

**PARÁGRAFO OITAVO** – O INCRA só efetuará pagamentos via ordem bancária. As eventuais despesas decorrentes de transferências de valores para outras praças serão de responsabilidade da CONTRATADA.

**PARÁGRAFO NONO** – O INCRA não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada sem que tenha sido prevista neste ato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – O pagamento à CONTRATADA será efetuado mediante apresentação das faturas, após:

- a) A consulta “*on line*” para as instituições cadastradas no SICAF, estando à mesma com a documentação obrigatória dentro do prazo de validade;
- b) Comprovação de recolhimento do INSS, mediante a apresentação de cópia da GRPS quitada, referente ao mês anterior àquele relativo aos serviços faturados, bem como da Certidão Negativa de Débito junto à Previdência Social – CND, em vigor na data de apresentação do documento;
- c) Comprovação de que não se encontra inscrito no CADIN, podendo para tanto apresentar a documentação pertinente a sua regularidade fiscal, nos termos do artigo 29 da Lei 8.666/93;
- d) Apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, em vigor na data de apresentação dos documentos de habilitação;
- e) Apresentação de cópias comprobatórias dos vínculos empregatícios, mantidos entre a CONTRATADA e seus técnicos, com indicação do salário mensal pago a estes, de acordo com a legislação pertinente.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – O não cumprimento das exigências previstas no parágrafo anterior acarretará na suspensão imediata do referido pagamento, até a sua regularização, não cabendo a instituição solicitar indenização junto ao INCRA.



**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – Para fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva dos trabalhadores da CONTRATADA, exigir-se-á que seja apresentado à CONTRATANTE, mensalmente (conforme a periodicidade legal de cada recolhimento ou informação), conforme o caso, as seguintes comprovações:

**No caso de Entidades regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas:**

1. Recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e de seus empregados, conforme dispõe o artigo 195, § 3o da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual;
2. Recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior;
3. Pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior;
4. Fornecimento de vale transporte e auxílio alimentação, quando cabível;
5. Pagamento do 13º salário;
6. Concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;
7. Realização de exames admissionais e demissionais periódicos, quando for o caso;
8. Eventuais cursos de treinamento e reciclagem;
9. Encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: a RAIS e a CAGED;
10. Cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho;
11. Cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato; e
12. Comprovantes de registro dos profissionais (se for o caso) nos respectivos Conselhos.

**No caso de cooperativas:**

1. Recolhimento da contribuição previdenciária do INSS em relação à parcela de responsabilidade do cooperado;
2. Recolhimento da contribuição previdenciária em relação à parcela de responsabilidade da Cooperativa;
3. Comprovante de distribuição de sobras e produção;
4. Comprovante da aplicação do FATES – Fundo Assistência Técnica Educacional e Social;
5. Comprovante da aplicação em Fundo de reserva;
6. Comprovação de criação do fundo para pagamento do 13º salário e férias;
7. Eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as sociedades cooperativas.

**No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público – OSCIP e as Organizações Sociais:**

Será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

- a) Serviços executados fora dos padrões éticos e da qualidade atribuíveis à espécie;
- b) Existência de qualquer débito para com o INCRA.

VI. Do valor da (s) Nota (s) Fiscal (is) e/ou Fatura (s) apresentadas (s) para pagamento, será (ão) deduzida (s), de pleno direito;

VII. multas impostas pelo INCRA;

VIII. multas, indenizações ou despesas a ele imposta, por autoridade competente, em decorrência do descumprimento pela licitante, de leis ou regulamentos aplicáveis à espécie;

IX. cobrança indevida.

X. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** – Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a nota fiscal será devolvida por meio de ofício, em que será notificada a CONTRATADA sobre as sanções previstas. Neste caso o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou reapresentação da nota fiscal não acarretando qualquer ônus para o INCRA.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS PENALIDADES**

Pela inexecução parcial ou total das condições pactuadas, garantida prévia defesa, ficará a CONTRATADA sujeita às seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de 2 (dois) à 10 (dez) por cento;
- c) Suspensão temporária do contrato até que seja sanada a causa que ensejou a suspensão;
- d) Suspensão temporária de participação em chamada pública e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida quando a instituição ressarcir à Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vistas ao processo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Para aplicação das penalidades aqui previstas, a CONTRATADA será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos futuros do respectivo Contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A advertência poderá ser aplicada quando ocorrer:

- a) descumprimento das obrigações editalícias ou contratuais que não acarretem prejuízos para o INCRA;
- b) execução insatisfatória, ou pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços desde que sua gravidade não recomende a aplicação da suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Especificamente para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, conforme as tabelas a seguir:

Ocorrências		
Item	Descrição	Ponto
01	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	0,1
02	Manter empregado sem a qualificação exigida para executar os serviços contratados, por empregado e por mês;	0,5
03	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização,	0,5

	por serviço;	
<b>Para os itens seguintes, deixar de:</b>		
04	Cumprir determinação formal ou instrução do fiscalizador, por ocorrência;	0,5
05	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades, por funcionário e por dia;	0,5
06	Cumprir quaisquer dos itens da Chamada Pública e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas, por item e por ocorrência;	0,5
07	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	1,0

<b>Pontuação acumulada</b>	<b>Sanção</b>
01 (um) ponto	Advertência
02 (dois) pontos	Advertência
03 (três) pontos	Multa correspondente a 2% do valor faturado no mês de aplicação dessa sanção
04 (quatro) pontos	Multa correspondente a 4% do valor faturado no mês de aplicação dessa sanção
05 (cinco) pontos	Multa correspondente a 6% do valor faturado no mês de aplicação dessa sanção
06 (seis) pontos	Multa correspondente a 8% do valor faturado no mês de aplicação dessa

	sanção
07 (sete) pontos	Multa correspondente a 10% do valor faturado no mês de aplicação dessa sanção
09 (nove) pontos	Suspensão do Contrato
10 (oito) pontos	Rescisão Unilateral do Contrato

**PARÁGRAFO SEXTO** – A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório, e a sua cobrança não isentará a CONTRATADA da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – A multa aplicada à CONTRATADA pelos prejuízos por ela causados ao INCRA serão deduzidos de qualquer crédito a ela devido, cobrados administrativamente ou judicialmente.

**PARÁGRAFO OITAVO** – A suspensão temporária do contrato poderá ser aplicada quando ocorrer:

- a) reincidência de execução insatisfatória dos serviços contratados;
- b) atraso, injustificado, na execução/conclusão dos serviços, contrariando o disposto no contrato;
- c) reincidência na aplicação das penalidades de advertência ou multa.

**PARÁGRAFO NONO** – A suspensão temporária de participação em chamada pública poderá ser aplicada quando ocorrer:

- a) apresentação de documentos falsos ou falsificados;

- b) recusa injustificada em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pelo INCRA;
- c) irregularidades que ensejem a rescisão contratual;
- d) condenação definitiva por praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- e) prática de atos ilícitos visando a prejudicar a execução do contrato;
- f) prática de atos ilícitos que demonstrem não possuir a CONTRATADA inidoneidade para contratar com o INCRA.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – A sanção de Declaração de Inidoneidade é de competência exclusiva do Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a Contratada deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita às demais penas referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESCISÃO**

Esse contrato poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

- a) Por ato unilateral de qualquer das partes, nos casos enumerados no art. 78 da Lei 8.666/93, notificando-se a parte contrária com

antecedência mínima de 30 dias, sem prejuízo das indenizações pertinentes decorrentes da inexecução dos serviços pactuados;

- b) Por mútuo acordo entre as partes, mediante manifestação formal a ser feita no prazo constante na alínea “a” da presente cláusula;
- c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente;

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente;

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O INCRA poderá rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer das seguintes hipóteses:

- a) descumprimento ou cumprimento irregular por parte da CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b) a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- c) a subcontratação, total ou parcial do seu objeto, a associação, a cessão ou transferência total ou parcial;
- d) o não atendimento das determinações regulares emanadas da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como as de seus superiores;
- e) a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- f) as razões de interesse público;
- g) o atraso comprovado e injustificado no início dos serviços;
- h) o cometimento reiterado de faltas na execução do contrato;
- i) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovados e impeditivos da execução do Contrato;



- j) a alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa (ou da entidade) de forma a prejudicar o cumprimento das obrigações assumidas por força de Contrato;
- k) a decretação de falência, ou instauração de insolvência civil;
- l) a dissolução da sociedade;
- m) o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observado o art. 79 da Lei das Licitações.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A rescisão, determinada por ato unilateral e escrito do INCRA, nos casos enumerados nos incisos I à XI, do Art. 78, da Lei nº 8.666/93, acarreta as consequências previstas nos incisos II e IV, do art. 87, do mesmo diploma legal, sem prejuízo das demais sanções previstas.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Não existindo crédito em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o INCRA oficializará à CONTRATADA, para que esta recolha aos cofres da União, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no parágrafo anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Na hipótese da rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, reconhecida após o devido processo legal, fica o INCRA autorizado a reter os créditos a que tem direito, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

**PARÁGRAFO OITAVO** – A CONTRATADA reconhece os direitos do INCRA, em caso de rescisão administrativa do contrato, prevista no art. 77 da Lei 8.666/93.

**PARÁGRAFO NONO** – Somente serão indenizados os serviços efetivamente prestados e com base nos valores de referência fixados pelo INCRA.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Os casos omissos no presente contrato regem-se pela legislação correspondente já mencionada, em especial ao disposto na Lei nº 8.666/93 e na Nota Técnica 01/2010.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS ALTERAÇÕES**

Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– DA PUBLICAÇÃO**

A publicação do presente Instrumento será providenciada pelo INCRA, em extrato no Diário Oficial da União, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, em conformidade com o parágrafo único do Art. 61 da Lei 8.666/93.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Porto Velho, Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim ajustadas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo identificadas, para que produzam os necessários efeitos legais.

Porto Velho/RO, ..... de ..... de 2014.

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADA**

\_\_\_\_\_  
**INCRA**

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

CPF:

CPF:

**ANEXO III**

IDENTIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA DEMANDA - LOTE I													
Núcleo Operacional	Assentamentos	Código SIPRA	Território da Cidadania	Município	Área (ha)	Distância do PA à sede do NÚCLEO (Km)	Capacidade	Famílias Atendidas por projeto	Famílias Atendidas Núcleo Operacional	Dema nda por PDA	Oficina Atual PRA	BSM	PPCAD
										PDA			
Candeias	PAF Jequitibá	RO0163000	Madeira Mamoré	Candeias do Jamari	133318,1741	21	597	200	200		X		X
Jacy- Paraná	Nilson Campos	RO0123000	Madeira Mamoré	Porto Velho	12520,2366	50	217	41	103		X	X	
	S. Francisco	RO0048000			7868,4144	130	141	62			X	X	
Porto Velho	Rio Madeira	RO0099000	Madeira Mamoré	Porto Velho	8265,4990	70	157	123	123		X	X	
Joana D'Arc	Joana D'arc I	RO0113000	Madeira Mamoré	Porto Velho	21837,9795	10	312	84	342		X	X	
	Joana D'arc II	RO0114000			27920,6606	10	221	112			X	X	
	Joana D'arc III	RO0115000			17509,0145	10	393	146			X	X	
	Joana D'arc III Parte II	RO0115001			6634,5052	10	144					X	
TOTAIS	7						2182	768	768	0	7	7	1
IDENTIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA DEMANDA - LOTE II													
Núcleo Operacional	Assentamentos	Código SIPRA	Território da Cidadania	Município	Área (ha)	Distância do PA à sede do NÚCLEO (Km)	Capacidade	Famílias Atendidas por projeto	Famílias Atendidas Núcleo Operacional	Dema nda por PDA	Oficina Atual PRA	BSM	PPCAD
										PDA			
Theobroma	Lagoa Nova	RO0059000	Central	Theobroma	2792,9392	45	108	87	339	X		X	X
	Santa Catarina	RO0050000			2549,4386	17	94	76		X		X	
	Santa Catarina Exp.	RO0062000			702,4958	35	28	23		X		X	
	Rio Branco	RO0051000			4725,3193	30	191	153		X		X	
Ariquemes	Maria J. Rique	RO0070000	Vale do Jamari	Ariquemes	3511,2393	47	119	64	259		X	X	X
	Joseodon	RO0094000		Ariquemes	10184,1983	51	190	55			X	X	
	Entre Rios	RO0235000		Alto Paraíso	4511,6382	120	102	55		X		X	
	Capitão Sílvio	RO0224000		Ariquemes	1803,5634	47	145	75		X		X	
	Jandaira	RO0112000		Ariquemes	1017,0673	60	22	10		X		X	
Cujubim	Renascer	RO0078000	Vale do Jamari	Cujubim	12841,8371	20	290	8	142		X	X	X
	Dois de Julho	RO0231000			3550,5956	60	145	100		X		X	
	Agostinho Becker	RO0079000			15360,6920	18	350	34			X	X	
Rio Branco	São Domingos	RO0086000	Vale do Jamari	Buritis	19023,4953	5	423	100	204		X	X	X
	Pedra do Abismo	RO0081000			12611,5092	5	253	104			X	X	X
Buritis I	Buritis	RO0029000	Vale do Jamari	Buritis	25250,5178	0,5	888	300	474	X		X	
	São Pedro	RO0087000			9061,2715	25	173	62			X	X	X
	São Jose dos Buritis	RO0121000			9143,0898	6	219	52			X	X	
	Reviver	RO0088000			14472,5657	25	185	60			X	X	
Buritis II	Oriente	RO0125000	Vale do Jamari	Buritis	9679,3994	30	135	36	152		X	X	
	Jatobá	RO0131000			6750,0768	70	133	92			X	X	
	São Paulo	RO0122000			4800,0853	70	110	24			X	X	
TOTAIS	21						4303	1570	1570	9	12	21	6

## ANEXO III

IDENTIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA DEMANDA - LOTE III													
Núcleo Operacional	Assentamentos	Código SIPRA	Território da Cidadania	Município	Área (ha)	Distância do PA à sede do NÚCLEO (Km)	Capacidade	Famílias Atendidas por projeto	Famílias Atendidas Núcleo Operacional	Demanda por PDA	Oficina Atual PRA	BSM	PPCAD
Nova União	Margarida Alves	RO0067000	Central	Nova União	11892,1937	10	258	125	125		X	X	X
Mirante da Serra	Padre Ezequiel	RO0127000	Central	Mirante da Serra	6020,8357	10	200	160	160	x		X	X
Presidente Médici	Chico Mendes	RO0065000	Central	Presidente Médici	2167,3587	30	72	44	147		X	X	
	Chico Mendes I	RO0068000			1995,1952	30	70	50			X	X	X
	Chico Mendes II	RO0080000			2978,1158	30	101	53			X	X	
Castanheira	Paulo Freire	RO0161000	Jurisdição	Nova Brasilândia	1881,6560	15	62	39	95	X		X	
	Paulo Freire II	RO0193000			260,1422	20	13	13		X		X	
	Bela Vista	RO0134000			1749,0987	20	40	18		X		X	X
	Oziel dos Carajás	RO0074000			1795,1690	30	41	18		x		X	
	PCA Zona da Mata	RO0154000		Castanheiras	26,6000	20	10	7		X		X	
São Francisco do Guaporé	Cautarinho	RO0141000	Jurisdição	São Francisco do Guaporé	16346,8390	20	222	117	667	X		X	
	Gogó da Onça	RO0140000			23944,3290	28	407	157		X		X	
	Sagrada Família	RO0142000			5063,5610	17,5	107	89		X		X	
	S. Fco do Guaporé	RO0136000			4315,7580	5	219	82		X		X	
	Porto Murtinho	RO0177000			1711,9370	20	100	67		X		X	
	Bom Princípio II	RO0133000		Seringueiras	2732,1156	85	193	155		X		X	
Costa Marques	Conceição	RO0077000	Jurisdição	Costa Marques	6648,9160	90	153	69	279	X		X	
	Bom Jesus	RO0191000			894,1396	40	18	12		X		X	
	Serra Grande	RO0135000			7530,5030	30	129	35		X			
	Nova Esperança	RO0218000			675,9328	20	23	19		X		X	
	Santa Izabel	RO0219000			250,7753	25	11	9		X		X	
	Rio Azul	RO0221000			2497,8272	70	55	44		X		X	
	Rio Azul II	RO0222000			2375,4524	78	59	48		X		X	
	Macaco Preto	RO0228000			1014,4791	45	43	23		X		X	
	Rio Azul III	RO0223000			671,1967	80	24	20		X		X	
TOTAIS	25						2630	1473	1473	21	4	24	4

TOTAL DE FAMILIAS ATENDIDAS PELA CHAMADA PÚBLICA								Famílias Atendidas	Dema PDA	Oficina Atual	BSM	PPCAD
TOTAIS	53							3811	30	23	52	11

ANEXO IV  
DETALHAMENTO DAS METAS E SERVIÇOS POR LOTES DE ASSENTAMENTOS

QUANTITATIVO SERVIÇOS - LOTE 01																			
NÚCLEO OPERACIONAL	PROJETO	famílias	META 01				META 2	META 03		META 04			META 05			META 06		META 07	
			SERV 01	SERV 02	SERV 03	SERV 04	SERV 1	SERV 01	SERV 02	SERV 01	SERV 02	SERV 03	SERV 01	SERV 02	SERV 03	SERV 01	SERV 02	SERV 01	SERV 02
Candeias	PAF Jequitibá	200	1	200	200	1	2			1	200	200	2	2	1	1	1	387	32
TOTAL DO N.O.	1	200		200	200	1	2	0	0	1	200	200	2	2	1	1		387	32
Jacy- Paraná	Nilson Campos	41		41	41	1	2			1	41	41	1	1	1	1		270	23
	S. Francisco	62		62	62	1	2			1	62	62	1	1	1	1			
TOTAL DO N.O.	2	103		103	103	2	4	0	0	2	103	103	2	2	2	2		270	23
Porto Velho	Rio Madeira	123		123	123	1	2			1	123	123	2	2	1	1		269	22
TOTAL DO N.O.	1	123		123	123	1	2	0	0	1	123	123	2	2	1	1		269	22
Joana D'Arc	Joana D'arc I	84		84	84	1	2			1	84	84	1	1	1	1		577	48
	Joana D'arc II	112		112	112	1	2			1	112	112	2	2	1	1			
	Joana D'arc III	146		146	146	1	2			1	146	146	2	2	1	1			
	Joana D'arc III Parte II																		
TOTAL DO N.O.	3	342	342	342	3	6	0	0	3	342	342	5	5	3	3	577	48		
TOTAL LOTE	7	768	1	768	768	7	14	0	0	7	768	768	11	11	7	7	1	1503	125
QUANTITATIVO SERVIÇOS - LOTE 02																			
NÚCLEO OPERACIONAL	PROJETO	famílias	META 01				META 2	META 03		META 04			META 05			META 06		META 07	
			SERV 01	SERV 02	SERV 03	SERV 04	SERV 1	SERV 01	SERV 02	SERV 01	SERV 02	SERV 03	SERV 01	SERV 02	SERV 03	SERV 01	SERV 02	SERV 01	SERV 02
Theobroma	Lagoa Nova	87	1	87	87	1		1	1	1	87	87	1	1	1	1	1	543	45
	Santa Catarina	76		76	76	1		1	1	1	76	76	1	1	1	1			
	Santa Catarina Exp.	23		23	23	1		1	1	1	23	23	1	1	1	1			
	Rio Branco	153		153	153	1		1	1	1	153	153	2	2	1	1			
TOTAL DO N.O.	4	339		339	339	4	0	4	4	4	339	339	5	5	4	4		543	45
Ariquemes	Maria J. Rique	64		64	64	1	2			1	64	64	1	1	1	1		405	34
	Joseodon	55		55	55	1	2			1	55	55	1	1	1	1			
	Entre Rios	55		55	55	1		1	1	1	55	55	1	1	1	1			
	Capitão Sílvio	75		75	75	1		1	1	1	75	75	1	1	1	1			
	Jandaira	10		10	10	1		1	1	1	10	10	1	1	1	1			
TOTAL DO N.O.	5	259	259	259	5	4	3	3	5	259	259	5	5	5	5	405	34		
Cujubim	Renascer	8	8	8	1	2			1	8	8	1	1	1	1	164	14		
	Dois de Julho	100	100	100	1		1	1	1	100	100	1	1	1	1				
	Agostinho Becker	34	34	34	1	2			1	34	34	1	1	1	1				
TOTAL DO N.O.	3	142	142	142	3	4	1	1	3	142	142	3	3	3	3	164	14		
Rio Branco	São Domingos	100	100	100	1	2			1	100	100	1	1	1	1	342	28		
	Pedra do Abismo	104	104	104	1	2			1	104	104	2	2	1	1				
TOTAL DO N.O.	2	204	204	204	2	4	0	0	2	204	204	3	3	2	2	342	28		
Buritis I	Buritis	300	300	300	1		1	1	1	300	300	2	2	1	1	1123	94		
	São Pedro	62	62	62	1	2			1	62	62	1	1	1	1				
	São Jose dos Buritis	52	52	52	1	2			1	52	52	1	1	1	1				
	Reviver	60	60	60	1	2			1	60	60	1	1	1	1				
TOTAL DO N.O.	4	474	474	474	4	6	1	1	4	474	474	5	5	4	4	1123	94		
Buritis II	Oriente	36	36	36	1	2			1	36	36	1	1	1	1	428	36		
	Jatobá	92	92	92	1	2			1	92	92	1	1	1	1				
	São Paulo	24	24	24	1	2			1	24	24	1	1	1	1				
TOTAL DO N.O.	3	152	152	152	3	6	0	0	3	152	152	3	3	3	3	428	36		
TOTAL LOTE	21	1570	1	1570	1570	21	24	9	9	21	1570	1570	24	24	21	21	1	3005	250
QUANTITATIVO SERVIÇOS - LOTE 03																			
NÚCLEO OPERACIONAL	PROJETO	famílias	META 01				META 2	META 03		META 04			META 05			META 06		META 07	
			SERV 01	SERV 02	SERV 03	SERV 04	SERV 1	SERV 01	SERV 02	SERV 01	SERV 02	SERV 03	SERV 01	SERV 02	SERV 03	SERV 01	SERV 02	SERV 01	SERV 02
Nova União	Margarida Alves	125	1	125	125	1	2			1	125	125	2	2	1	1	1	263	22
TOTAL DO N.O.	1	125		125	125	1	2	0	0	1	125	125	2	2	1	1		263	22
Mirante da Serra	Padre Ezequiel	160		160	160	1		1	1	1	160	160	2	2	1	1		181	15
TOTAL DO N.O.	1	160		160	160	1	0	1	1	1	160	160	2	2	1	1		181	15
Presidente Médici	Chico Mendes	44		44	44	1	2			1	44	44	1	1	1	1		154	13
	Chico Mendes I	50		50	50	1	2			1	50	50	1	1	1	1			
	Chico Mendes II	53		53	53	1	2			1	53	53	1	1	1	1			
TOTAL DO N.O.	3	147	147	147	3	6	0	0	3	147	147	3	3	3	3	154	13		
Castanheira	Paulo Freire	39	39	39	1		1	1	1	39	39	1	1	1	1	194	16		
	Paulo Freire II	13	13	13	1		1	1	1	13	13	1	1	1	1				
	Bela Vista	18	18	18	1		1	1	1	18	18	1	1	1	1				
	Oziel dos Carajás	18	18	18	1		1	1	1	18	18	1	1	1	1				
	PCA Zona da Mata	7	7	7	1		1	1	1	7	7	1	1	1	1				
TOTAL DO N.O.	5	95	95	95	5	0	5	5	5	95	95	5	5	5	5	194	16		
São Francisco do Guaporé	Cautarinho	117	117	117	1		1	1	1	117	117	2	2	1	1	1457	121		
	Gogó da Onça	157	157	157	1		1	1	1	157	157	2	2	1	1				
	Sagrada Família	89	89	89	1		1	1	1	89	89	1	1	1	1				
	S. Fco do Guaporé	82	82	82	1		1	1	1	82	82	1	1	1	1				
	Porto Murtinho	67	67	67	1		1	1	1	67	67	1	1	1	1				
	Bom Princípio II	155	155	155	1		1	1	1	155	155	2	2	1	1				
TOTAL DO N.O.	6	667	667	667	6	0	6	6	6	667	667	9	9	6	6	1457	121		
Costa Marques	Conceição	69	69	69	1		1	1	1	69	69	1	1	1	1	482	40		
	Bom Jesus	12	12	12	1		1	1	1	12	12	1	1	1	1				
	Serra Grande	35	35	35	1		1	1	1	35	35	1	1	1	1				
	Nova Esperança	19	19	19	1		1	1	1	19	19	1	1	1	1				
	Santa Izabel	9	9	9	1		1	1	1	9	9	1	1	1	1				
	Rio Azul	44	44	44	1		1	1	1	44	44	1	1	1	1				
	Rio Azul II	48	48	48	1		1	1	1	48	48	1	1	1	1				
	Macaco Preto	23	23	23	1		1	1	1	23	23	1	1	1	1				
	Rio Azul III	20	20	20	1		1	1	1	20	20	1	1	1	1				
TOTAL DO N.O.	9	279	279	279	9	0	9	9	9	279	279	9	9	9	9	482	40		
TOTAL LOTE	25	1473	1473	1473	25	8	21	21	25	1473	1473	30	30	25	25	1	2731	228	
QUANTITATIVO SERVIÇOS - TOTAL DA CHAMADA PÚBLICA																			
	ASSENTAMENTOS	famílias	META 01				META 2	META 03		META 04			META 05			META 06		META 07	

ANEXO IV  
DETALHAMENTO DAS METAS E SERVIÇOS POR LOTES DE ASSENTAMENTOS

	ASSENTAMENTOS	Terminais	SERV 01	SERV 02	SERV 03	SERV 04	SERV 1	SERV 01	SERV 02	SERV 01	SERV 02	SERV 03	SERV 01	SERV 02	SERV 03	SERV 01	SERV 02	SERV 01	SERV 02
TOTAL DA CHAMADA	53	3811	3	3811	3811	53	46	30	30	53	3811	3811	65	65	53	53	3	7239	603

## ANEXO V - RESUMOS DOS CUSTOS POR LOTE E POR META

Descrição do item	LOTE 01				LOTE 02						LOTE 03					
	CANDEIAS	Jacy-Paraná	Porto Velho	Joana D'Arc	Theobroma	Ariquemes	Cujubim	Rio Branco	Buritit I	Buritit II	Nova União	Mirante da Serra	Presidente Médici	Castanheira	São Francisco do Guaporé	Costa Marques
Horas Técnicas	314.759,29	228.575,20	228.575,20	505.863,14	518.353,59	454.652,31	241.065,65	327.249,74	859.342,82	304.766,93	241.065,65	241.065,65	241.065,65	241.065,65	1.050.446,68	518.353,59
Deslocamento dos técnicos	18.342,43	44.784,03	35.341,25	14.325,98	39.905,24	62.920,37	16.939,15	5.465,85	30.916,65	42.660,10	5.899,06	5.841,23	14.877,95	10.111,48	43.004,27	63.442,21
Alimentação assentados	52.353,00	14.030,36	25.124,12	54.515,03	40.772,98	23.669,27	11.943,25	30.019,05	93.864,60	19.595,70	25.104,94	24.570,00	11.469,41	7.636,39	117.399,29	22.047,90
Material Didático	55.887,23	14.225,26	26.414,44	55.902,61	41.197,36	23.348,99	11.325,55	30.749,49	97.628,12	19.428,22	26.406,57	26.655,58	11.400,30	6.229,49	121.551,57	19.954,84
Monitor Crianças	8.457,50	8.102,50	6.481,88	14.613,75	15.252,50	14.146,25	7.337,50	9.092,50	24.920,00	11.728,75	6.376,25	5.023,75	7.173,75	10.628,75	33.676,25	21.030,00
Custos administrativos	35.983,96	24.804,50	25.754,95	51.737,66	52.706,21	46.462,58	23.138,72	32.259,82	88.720,91	31.907,72	24.388,20	24.252,50	22.930,55	22.133,75	109.871,43	51.847,38
Tributos	38.907,65	26.819,86	27.847,54	55.941,34	56.988,59	50.237,66	25.018,74	34.880,93	95.929,48	34.500,22	26.369,74	26.223,01	24.793,66	23.932,12	118.798,48	56.059,98
<b>TOTAL POR PROJETO</b>	<b>524.691,05</b>	<b>361.341,71</b>	<b>375.539,38</b>	<b>752.899,51</b>	<b>765.176,47</b>	<b>675.437,43</b>	<b>336.768,56</b>	<b>469.717,38</b>	<b>1.291.322,58</b>	<b>464.587,64</b>	<b>355.610,40</b>	<b>353.631,72</b>	<b>333.711,27</b>	<b>321.737,63</b>	<b>1.594.747,96</b>	<b>752.735,90</b>
<b>TOTAL LOTE</b>	<b>2.014.471,65</b>				<b>4.003.010,07</b>						<b>3.712.174,88</b>					
<b>TOTAL DA CHAMADA</b>	<b>9.729.656,60</b>															

Descrição do item	LOTE 01				LOTE 02						LOTE 03					
	CANDEIAS	Jacy-Paraná	Porto Velho	Joana D'Arc	Theobroma	Ariquemes	Cujubim	Rio Branco	Buritós I	Buritós II	Nova União	Mirante da Serra	Presidente Médici	Castanheira	São Francisco do Guaporé	Costa Marques
META 01 - SERVIÇO 01	6.147,74	4.833,49	4.410,15	10.396,47	10.905,44	8.174,99	5.748,59	7.574,96	17.728,77	6.779,61	5.125,65	5.453,93	4.600,93	5.257,49	23.813,09	13.659,13
META 01 - SERVIÇO 02	52.634,47	34.561,84	39.399,83	83.623,15	90.266,65	81.551,02	43.543,05	52.862,27	124.240,50	42.641,56	36.190,39	46.289,65	44.728,96	28.246,09	156.383,35	78.798,54
META 01 - SERVIÇO 03	64.873,36	41.427,63	47.598,79	103.804,21	110.764,61	98.721,17	53.525,76	65.841,33	153.937,29	51.647,83	44.977,99	57.537,77	55.063,17	34.924,66	193.533,61	95.668,54
META 01 - SERVIÇO 04	6.179,13	7.862,09	4.919,37	14.317,61	17.907,89	21.871,63	11.525,04	9.605,10	20.102,11	11.985,04	4.912,93	5.425,69	11.570,06	16.943,22	27.508,65	33.775,65
TOTAL POR NUCLEO	129.834,69	88.685,05	96.328,13	212.141,44	229.844,59	210.318,81	114.342,44	135.883,66	316.008,67	113.054,04	91.206,96	114.707,04	115.963,11	85.371,46	401.238,70	221.901,86
TOTAL DA META POR LOTE	526.989,31				1.119.452,21						1.030.389,14					
META 02 - SERVIÇO 01	9.420,92	11.458,05	7.705,67	20.137,93	0,00	12.193,78	10.867,47	13.102,42	21.131,35	16.859,87	8.138,65	0,00	18.078,47	0,00	0,00	0,00
TOTAL POR NUCLEO	9.420,92	11.458,05	7.705,67	20.137,93	0,00	12.193,78	10.867,47	13.102,42	21.131,35	16.859,87	8.138,65	0,00	18.078,47	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA META POR LOTE	48.722,56				74.154,89						26.217,11					
META 03 - SERVIÇO 01	0,00	0,00	0,00	0,00	19.842,80	14.714,03	4.966,49	0,00	5.526,74	0,00	0,00	6.550,50	0,00	22.567,28	30.182,14	38.129,20
META 03 - SERVIÇO 02	0,00	0,00	0,00	0,00	5.638,90	5.387,19	1.622,57	0,00	2.066,00	0,00	0,00	2.478,03	0,00	6.639,14	7.820,64	13.865,28
TOTAL POR NUCLEO	0,00	0,00	0,00	0,00	25.481,70	20.101,22	6.649,07	0,00	7.592,73	0,00	0,00	9.028,53	0,00	29.206,42	38.002,77	51.994,48
TOTAL DA META POR LOTE	0,00				59.824,72						128.232,21					
META 04 - SERVIÇO 01	2.698,71	3.869,36	2.592,01	4.404,80	5.638,90	8.751,41	4.424,81	3.179,80	5.924,79	4.921,76	2.210,24	2.478,03	4.412,91	6.639,14	7.820,64	13.865,28
META 04 - SERVIÇO 02	52.634,47	34.561,84	39.399,83	83.623,15	90.266,65	81.551,02	43.543,05	52.862,27	124.240,50	42.641,56	36.190,39	46.289,65	44.728,96	28.246,09	156.383,35	78.798,54
META 04 - SERVIÇO 03	24.477,78	13.731,60	16.397,93	40.362,11	40.995,91	34.340,29	19.965,42	25.958,10	59.393,59	18.012,54	17.575,19	22.496,25	20.668,43	13.357,15	74.300,53	33.740,00
TOTAL POR NUCLEO	79.810,96	52.162,79	58.389,76	128.390,06	136.901,46	124.642,72	67.933,28	82.000,17	189.558,88	65.575,86	55.975,82	71.263,92	69.810,29	48.242,37	238.504,51	126.403,82
TOTAL DA META POR LOTE	318.753,58				666.612,38						610.200,74					
META 05 - SERVIÇO 01	8.954,32	11.058,12	7.239,07	15.615,11	13.962,45	12.749,85	7.450,70	9.126,91	16.442,96	7.019,02	7.109,64	8.135,16	7.495,72	10.152,66	27.132,61	18.615,31
META 05 - SERVIÇO 02	9.420,92	11.991,32	7.705,67	16.781,61	15.128,95	13.916,35	8.150,60	9.826,81	17.609,46	7.718,92	7.576,24	8.601,76	8.195,62	11.319,16	29.232,31	20.715,01
META 05 - SERVIÇO 03	5.200,01	6.795,56	4.386,10	11.485,18	14.038,07	16.568,11	9.837,82	7.569,17	16.092,41	9.140,96	4.350,53	4.863,28	9.882,84	14.131,19	22.161,69	25.068,55
TOTAL POR NUCLEO	23.575,25	29.845,00	19.330,83	43.881,89	43.129,48	43.234,31	25.439,12	26.522,89	50.144,82	23.878,89	19.036,41	21.600,20	25.574,19	35.603,01	78.526,61	64.398,87
TOTAL DA META POR LOTE	116.632,97				212.349,52						244.739,28					
META 06 - SERVIÇO 01	5.200,01	6.795,56	4.386,10	11.485,18	14.038,07	16.568,11	9.837,82	7.569,17	16.092,41	9.140,96	4.350,53	4.863,28	9.882,84	14.131,19	22.161,69	25.068,55
META 06 - SERVIÇO 02	6.987,62	5.253,43	4.970,07	11.796,27	12.305,24	9.154,85	6.448,49	8.414,84	19.828,47	7.479,51	5.685,57	6.153,83	5.020,87	5.957,39	26.472,71	15.058,93
TOTAL POR NUCLEO	12.187,63	12.048,99	9.356,17	23.281,45	26.343,31	25.722,96	16.286,31	15.984,01	35.920,88	16.620,46	10.036,09	11.017,12	14.903,71	20.088,58	48.634,40	40.127,49
TOTAL DA META POR LOTE	56.874,23				136.877,94						144.807,39					
META 07 - SERVIÇO 01	101.966,13	90.649,32	86.139,08	141.040,71	144.626,35	127.451,03	50.365,82	88.505,44	294.402,80	119.992,50	76.021,53	52.488,12	46.988,23	57.599,72	341.505,36	136.075,76
META 07 - SERVIÇO 02	167.895,47	76.492,51	98.289,74	184.026,04	158.849,57	111.772,61	44.885,06	107.718,78	376.562,44	108.606,01	95.194,95	73.526,79	42.393,27	45.626,08	448.335,60	111.833,61
TOTAL POR NUCLEO	269.861,60	167.141,83	184.428,82	325.066,76	303.475,92	239.223,63	95.250,87	196.224,23	670.965,24	228.598,52	171.216,48	126.014,91	93.881,50	103.225,80	789.840,96	247.909,37
TOTAL DA META POR LOTE	946.499,00				1.733.738,41						1.527.589,01					
TOTAL POR NUCLEO	524.691,05	361.341,71	375.539,38	752.899,51	765.176,47	675.437,43	336.768,56	469.717,38	1.291.322,58	464.587,64	355.610,40	353.631,72	333.711,27	321.737,63	1.594.747,96	752.735,90
TOTAL LOTE	2.014.471,65				4.003.010,07						3.712.174,88					
TOTAL DA CHAMADA					9.729.656,60											



## ANEXO VI

### ROTEIRO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA TÉCNICA

Item		Detalhamento
1. Título		Nome do projeto
2. Credenciamento		Informar o numero de credenciamento no SIBRATER
3. Apresentação		Identifica o problema a ser enfrentado/mitigado, o contexto em que este projeto se insere e suas relações com a realidade da agricultura familiar no Território da Cidadania.
4. Experiência da Entidade		Caracterizar a entidade prestadora apresentando detalhadamente a experiência desta nas temáticas relacionadas a Chamada Pública.
5. Equipe técnica		Apresentar os currículos da equipe técnica que executará as atividades contratadas.
	6.1. Metodologia de Execução e Descrição das Atividades	Descrever a linha metodológica a ser aplicada ao serviço, seus fundamentos e sustentação teórica. Discorrer sobre a forma de organização das atividades de Leitura da Realidade, Planejamento, Execução e Avaliação, considerando a definição de atividades de ATER adotada pelo MDA/INCRA e observando o documento “Referenciais Metodológicos” fornecido pelo INCRA.

6. Proposta Técnica	6.2. Cronograma de Execução Físico e Financeiro	Organizar as etapas de execução das atividades contratadas. Associar a cada etapa de execução das atividades contratadas, um pagamento a ser realizado pelo INCRA, mediante a entrega da comprovação da efetiva realização da atividade contratada, conforme art. 23 da Lei 12.188.
	6.3. Resultados esperados	Prever os resultados obtidos após a realização das atividades contratadas
	6.4. Monitoramento e avaliação	Apresentar estratégia de acompanhamento e execução das atividades contratadas, com a estratégia de avaliação dos trabalhos a serem executados com a participação dos beneficiários, relacionando-a com os “resultados esperados” descritos acima. Informar e descrever se utiliza algum sistema de acompanhamento das Unidades Familiares.

Obs. Todas as informações declaradas serão conferidas através dos documentos comprobatórios, no momento da contratação.

**ANEXO VII**  
**MODELO CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

(papel timbrado)

(Deverá ser apresentada separadamente quando da entrega dos 2 envelopes)

..... (local e data) .....

**À Comissão de Chamada Pública (Ordem de Serviço/INCRA/SR-17/N 24/2014)**

Prezados Senhores,

*De acordo com o estabelecido no EDITAL nº ...../14, estamos encaminhando a nossa Proposta Técnica, em envelopes separados, para os serviços de Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATER) ao Lote n. ...., constituído de Assentamentos de Reforma Agrária.*

Autorizamos o Sr. .... RG: ....., ocupante do cargo de ..... a representar esta Instituição no referido certame, conforme (procuração em anexo).

Informamos que assumimos o compromisso de manter disponível a Equipe Técnica apresentada, nos termos da proposta ora entregue, bem como nos submetermos aos termos do ato convocatório e seus anexos.

Informo, ainda, que o prazo de validade da proposta apresentada será de **60 dias** corridos, contados a partir da data de abertura das propostas.

Atenciosamente,

## ANEXO VIII

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE TOMOU CONHECIMENTO DO TEOR DAS CLÁUSULAS DO EDITAL

#### D E C L A R A Ç ã O

Declaro para os devidos fins que recebi nesta data, em toda sua íntegra, o Edital e seus anexos, relativos a Chamada Publica **INCRA** SR-17/Nº 01/2014, para contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, nos assentamentos de Reforma Agrária no estado de Rondônia.

Porto Velho/RO ..... de ..... de 2014.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do responsável pela empresa)

Nome: .....

Cargo: .....

Nº da Cédula de Identidade e Órgão Emitente: .....

Nome da Empresa: .....

CNPJ: .....

Endereço: .....

Telefone para contato: (.....) .....

**ANEXO IX**

**MODELO DECLARAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS E  
CONTRATAÇÃO DE MENORES**

**CHAMADA PUBLICA INCRA/SR-17/Nº 01/2014**

**D E C L A R A Ç Ã O**

A instituição ....., inscrita no C.N.P.J. sob nº  
....., situada a ..... **DECLARA** expressamente que:

a) até a presente data, inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, em cumprimento ao que determina o subitem ..... do Edital;

b) não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo se maior de catorze anos e na condição de aprendiz, em cumprimento ao que determina o subitem ..... do referido Edital;

..... de ..... de 2014

\_\_\_\_\_  
(assinatura do responsável pela instituição)

Nome:.....

Cargo:.....

Nº da Cédula de Identidade e Órgão Emissor:.....

**Obs: Esta declaração deverá ser inserida no envelope de “Documentos de Habilitação”.**

**ANEXO X**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA E  
OPERACIONAL**

**D E C L A R A Ç ã O**

A                empresa                (nome                completo                da                empresa)  
\_\_\_\_\_,                sediada                (endereço  
completo)\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, DECLARA, em atendimento  
ao previsto no edital de CHAMADA PÚBLICA INCRA/SR-17(RO) Nº 01/2014, que  
disponibilizará toda a infraestrutura física e operacional apresentada na proposta técnica,  
após a emissão da Ordem de Serviço que autoriza a execução do Contrato.

Local e data.

\_\_\_\_\_

Nome e Assinatura

(representante legal)

**ANEXO XI**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA DO LOCAL**

**D E C L A R A Ç Ã O**

Declaramos, em atendimento ao previsto na CHAMADA PÚBLICA N.º 01/2014, que, por intermédio do (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF(MF) n.º \_\_\_\_\_, devidamente credenciado(a) por nossa empresa \_\_\_\_\_, foram vistoriados os locais que serão objeto da prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER para a reforma agrária (constantes do Projeto Básico – Anexo I da CHAMADA PÚBLICA INCRA/SR-17(RO) N.º 01/2014.

Local e data

\_\_\_\_\_

Assinatura e carimbo do profissional

(Representante credenciado)

## ANEXO XII

### EXPERIÊNCIAS DA ENTIDADE/EMPRESA EM ATIVIDADES ESPECÍFICAS

EXPERIÊNCIAS NA ATIVIDADE ESPECÍFICA DE ATER:	
Título do Projeto:	
Contratante:	Local de execução:
Endereço:	Telefones:
E-mail:	
Data de Início (mês/ano)	Data do Término (mês/ano)
Número de técnicos envolvidos e perfil da equipe técnica:	
Público Atendido:	
Resumo da experiência:	
<p><i>Obs.: Anexar declaração ou Atestado expedido por pessoa de direito público ou privado certificando a execução do serviço (em papel timbrado da empresa declarante e expedida com data não anterior a 01 (um) ano da abertura da documentação/habilitação deste EDITAL.</i></p>	



## ANEXO XIII

### MODELO DE CURRÍCULO PARA A APRESENTAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

#### CURRICULUM VITAE

##### INFORMAÇÕES GERAIS

Nome: .....

Profissão: .....

Nº. do registro de classe: .....

Anexo: Registro ou inscrição na entidade profissional competente do profissional membro da equipe técnica, bem como comprovante de pagamento da anuidade (exercício 2014);

##### GRAU DE ESCOLARIDADE

Formação: .....

Período de conclusão: .....

Local: .....

(informar os diferentes tipos de formação, quando for o caso – técnico nível médio, Graduação, especialização, mestrado ou doutorado)

##### EXPERIÊNCIA EM TRABALHOS SIMILARES

Local (Cidade/Uf)	Entidade Contratante	Atividades desenvolvidas	Período

**Qualificação: (fornecer um esboço das experiências e treinamentos de relevância para a atividade específica que o profissional irá desenvolver durante o contrato):**

**Empregos Anteriores: (iniciando com o último emprego, relacionar em ordem inversa todos os empregos anteriores com as respectivas atividades desempenhadas, o nome da entidade contratante, o período e local):**

**OBS.: Anexar documentos comprobatórios e assinar**

## ANEXO XIV

### CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

#### (Avaliação da Instituição e da Proposta Técnica)

1. O não atendimento à quantificação e qualificação da equipe conforme Item 18 do Projeto Básico - ANEXO I, e do Detalhamento dos Valores dos Respectivos Serviços – ANEXO V, eliminará automaticamente a instituição.
2. A pontuação máxima passível de ser atingida corresponde a 100 (cem) pontos, conforme indicados no quadro descritivo abaixo.
3. As Instituições que não atingirem uma pontuação de pelo menos 60 (sessenta) pontos na avaliação da Proposta Técnica serão consideradas inabilitadas.
4. As Instituições concorrentes deverão apresentar os documentos comprobatórios dos critérios de seleção no ato da apresentação da proposta técnica.
5. Os documentos e informações apresentados na Proposta Técnica serão avaliados levando-se em consideração os seguintes critérios de pontuação:

<u>ITEM</u>	<u>DISCRIMINAÇÃO</u>	<u>PONTUAÇÃO MAXIMA</u>
1.	EXPERIÊNCIA DA INSTITUIÇÃO	(30)
1.1.	Experiência geral da instituição em atividades de assessoria técnica, social e ambiental em assentamentos da reforma agrária, comprovado através de declaração ou atestado expedido por pessoa de direito público ou privado que as tenha contratado: <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Entre 01 (um) e 03 (três) anos (2 pt)</li><li>➤ Entre 03 (três) e 04 (quatro) anos (3 pt)</li><li>➤ Entre 04 (quatro) e 05 (cinco) anos (4 pt)</li><li>➤ Acima de 05 (cinco) anos (5 pt)</li></ul>	(5)

1.2.	<p>Experiência geral da instituição na execução de programas na área de agricultura familiar (PAA, PNAE, etc.), comprovado através de declaração ou atestado expedido por pessoa de direito público ou privado que as tenha contratado:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Em um programas (1 pt)</li> <li>➤ Em dois programas (2 pt)</li> <li>➤ Em três programas (3 pt)</li> <li>➤ Em quatro programas (4 pt)</li> <li>➤ Acima de quatro programas (5 pt)</li> </ul>	(5)
1.3.	<p>Experiência geral da instituição em aprovação de projetos de crédito rural e outros para agricultura familiar, comprovada por agentes financeiros e instituições financiadoras:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Até 10 projetos (1pt)</li> <li>➤ Entre 11 e 50 projetos (2 pt)</li> <li>➤ Entre 51 e 100 projetos (3 pt)</li> <li>➤ Entre 101 e 500 projetos (4 pt)</li> <li>➤ Acima de 500 projetos (5 pt)</li> </ul>	(5)
1.4.	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Experiência geral da instituição na execução de projetos/programas de educação, preservação e recuperação ambiental, comprovado através de declaração ou atestado expedido por pessoa de direito público ou privado que as tenha contratado:</li> <li>➤ Em um projeto/programa (2 pt)</li> <li>➤ Em dois projetos/programas (3 pt)</li> <li>➤ Em três projetos/programas (4 pt)</li> <li>➤ Acima de três projetos/programas (5 pt)</li> </ul>	(5)
1.5	<p>Experiência geral da instituição na elaboração de PDA e/ou PRA, comprovado através de declaração de entrega e aprovação dos PDA(s) e/ou PRA(s) pelo INCRA:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Pelo menos dois planos (2 pt)</li> <li>➤ Pelo menos quatro planos (3 pt)</li> <li>➤ Pelo menos seis planos (4 pt)</li> <li>➤ Pelo menos dez ou mais planos (5 pt)</li> </ul>	(5)
1.6	<p>Experiência geral da instituição em curso de organização econômica de grupos coletivos da agricultura familiar e de mulheres, comprovado através de relatórios dos cursos com descrição do conteúdo e relatório fotográfico:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Pelo menos dois cursos (2 pt)</li> <li>➤ Pelo menos quatro cursos (3 pt)</li> <li>➤ Pelo menos seis cursos (4 pt)</li> <li>➤ Pelo menos dez ou mais cursos (5 pt)</li> </ul>	(5)
2.	PROPOSTA TÉCNICA	(25)

2.1	<p>Coerência e objetividade da proposta técnica em relação à chamada pública n.º 001/2014 e compatibilidade em relação ao que consta na PNATER, “item 9 - Da Descrição das Metas e Serviços” “Item 10 - Metodologia proposta para Metas e Serviços”</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Bom (5 pt)</li> <li>➤ Regular (3 pt)</li> <li>➤ Insuficiente (0 pt)</li> </ul>	(5)
2.2	<p>A metodologia de trabalho proporciona facilidade de intervenção e construção participativa.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Adequado (5 pt)</li> <li>➤ Regular (3 pt)</li> <li>➤ Insuficiente (0 pt)</li> </ul>	(5)
2.3	<p>Compatibilidade da proposta técnica em relação à capacidade operacional para execução dos serviços previstos, conforme descrito no Anexo IV – Detalhamento das metas e serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Adequado (5 pt)</li> <li>➤ Regular (3 pt)</li> <li>➤ Insuficiente (0 pt)</li> </ul>	(5)
2.4	<p>Prevê a participação das mulheres/jovens na gestão do projeto e execução das atividades, contemplando estratégias/instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação a serem realizadas em conjunto com as beneficiárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Adequado (5 pt)</li> <li>➤ Regular (3 pt)</li> <li>➤ Insuficiente (0 pt)</li> </ul>	(5)
2.5	<p>A proposta técnica demonstra conhecimento da problemática (situação) envolvendo a realidade dos assentamentos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Adequado (5 pt)</li> <li>➤ Regular (3 pt)</li> <li>➤ Insuficiente (0 pt)</li> </ul>	(5)
3.	<b>EQUIPE TÉCNICA</b>	(45)
3.1.	<p>Formação da equipe técnica de nível superior, comprovado através de diplomas e certificados de graduação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Doutorado (5 pt)</li> <li>➤ Mestrado (4 pt)</li> <li>➤ Especialização (3 pt)</li> <li>➤ Graduação via PRONERA (2 pt)</li> </ul>	(05)

3.3.	<p>Experiência do profissional com formação superior em engenharia agrônômica, comprovado através currículo profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Fruticultura/horticultura/olericultura (1 pt)</li> <li>➤ Sistemas de produção sustentáveis/ programas de crédito (1 pt)</li> <li>➤ Práticas conservacionistas de solo/Irrigação (1 pt)</li> <li>➤ Comercialização (1 pt)</li> <li>➤ Experiência profissional em ATER (1 pt)</li> </ul>	(05)
3.4.	<p>Experiência do profissional com formação superior na área social ou humana, comprovado através currículo profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Associativismo/cooperativismo (1 pt)</li> <li>➤ Experiência em planejamento e construção de diagnósticos participativos e elaboração e/ou desenvolvimento de projetos sociais: saúde; educação; saneamento; etc (1 pt)</li> <li>➤ Experiência de trabalhos com mulheres, jovens e idosos (na perspectiva de gênero e geração), educação rural (1 pt)</li> <li>➤ Experiência em trabalhos com segurança alimentar na agricultura familiar (1pt)</li> <li>➤ Experiência profissional em ATER (1 pt) (01 pt)</li> </ul>	(05)
3.5.	<p>Experiência do profissional com formação superior na área ambiental, comprovado através currículo profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Gestão de recursos Hídricos (1 pt)</li> <li>➤ Plano de manejo florestal (1 pt)</li> <li>➤ Recuperação e conservação de APP e ARL, Implantação de sistemas agroflorestal/ programas de crédito (1 pt)</li> <li>➤ Sistemas agrosilvopastoril / agroecológicos e atividades extrativistas embasadas em princípios ecológicos (1 pt)</li> <li>➤ Experiência profissional em ATER (1 pt)</li> </ul>	(05)
3.6	<p>Experiência do profissional com formação superior na área de medicina veterinária/zootecnia, comprovado através currículo profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Manejo em bovinocultura leiteira na área de agricultura familiar, nutrição animal (01 pt)</li> <li>➤ Manejo de pastagens (01 pt)</li> <li>➤ Criação de animais de pequeno porte (01 pt)</li> <li>➤ Experiência profissional em ATER (01 pt)</li> </ul>	(04)

3.7	<p>Experiência do profissional com formação de nível médio em ciências agrárias, comprovado através currículo profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Fruticultura/horticultura/olericultura (1 pt)</li> <li>➤ Irrigação/ Aquicultura (1 pt)</li> <li>➤ Sistemas Agroecológicos (1 pt)</li> <li>➤ Comercialização/ programas de crédito (1 pt)</li> <li>➤ Manejo de pastagem (1 pt)</li> <li>➤ Experiência profissional em ATER (1 pt)</li> </ul>	(06)
3.8	<p>Experiência do profissional com formação de nível médio na área ambiental, comprovado através currículo profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Implantação de SAF/programas de crédito (1 pt);</li> <li>➤ Recuperação de áreas degradadas (1 pt)</li> <li>➤ Recomposição de APP e ARL, Gestão de recursos Hídricos (1 pt);</li> <li>➤ Gestão ambiental (1 pt);</li> <li>➤ Experiência profissional em ATER (1 pt)</li> </ul>	(05)
3.9	<p>Experiência do profissional com formação de nível médio com experiência de atuação na área social, comprovado através currículo profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Associativismo/cooperativismo (1 pt);</li> <li>➤ Segurança alimentar (1 pt);</li> <li>➤ Trabalhos com mulheres, jovens e idosos (na perspectiva de gênero e geração) (1 pt);</li> <li>➤ Experiência em planejamento e construção de diagnósticos participativos e elaboração e/ou desenvolvimento de projetos sociais: saúde; educação; saneamento, políticas sociais etc. (1 pt);</li> <li>➤ Experiência profissional em ATER (1 pt)</li> </ul>	(05)
3.10	<p>Proporção de gênero na composição da equipe técnica, comprovada através no número de currículos enviados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Até 15% da equipe composta por mulheres (2 pt)</li> <li>➤ Até 30% da equipe composta por mulheres (4 pt)</li> <li>➤ Acima de 30% da equipe composta por mulheres (5 pt)</li> </ul>	(05)

**ANEXO XV**  
**MODELO DE PEÇAS DE PUBLICIDADE DO CONTRATO**

Modelo de adesivo para carro e moto ( Dimensão 50cm x 30cm )

<p>Ministério do <b>Desenvolvimento Agrário</b></p>		<p><small>GOVERNO FEDERAL</small> <b>BRASIL</b> <small>PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA</small></p>
<h2 style="margin: 0;">Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER</h2>		
<div style="background-color: yellow; width: 150px; margin: 0 auto; padding: 5px;"><b>LOGO MARCA</b></div> <h1 style="margin: 20px 0 0 0;">À serviço do INCRA</h1>		

Modelo Crachá

<div style="background-color: yellow; width: 100px; margin: 0 auto; padding: 5px; text-align: center;"><b>LOGO MARCA</b></div> <div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 80px; margin: 10px auto; text-align: center; line-height: 80px;">Foto 3x4</div> <div style="margin-top: 10px;"><p>Nome: <input style="width: 100%;" type="text"/></p><p>Cargo: <input style="width: 100%;" type="text"/></p><p>Contato: <b>INCRA.CRT.XX.XXX/XX</b></p><div style="display: flex; justify-content: space-between; align-items: center; padding-top: 10px;"><span><b>À serviço do</b></span></div></div>	<div style="margin-bottom: 5px;">Matricula: <input style="width: 100%;" type="text"/></div> <div style="margin-bottom: 5px;">Identidade: <input style="width: 100%;" type="text"/></div> <div style="margin-bottom: 5px;">CPF: <input style="width: 100%;" type="text"/></div> <div style="margin-bottom: 5px;">Tipo Sanguineo: <input style="width: 100%;" type="text"/></div> <div style="margin-top: 20px;"><p><b>OBSERVAÇÃO:</b></p><ul style="list-style-type: none"><li>• O funcionário deverá portar este crachá durante toda a jornada de trabalho.</li></ul></div>
---	---



Modelo para banner ( Dimensão 1,80 m x 1,20 m )



# Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER

**Contrato:** INCRA.CRT.RO.xx.xxx/xx

**Município(s):** xxxxxx xxxxxx xxxxxx

**Projetos de Assentamento:** xxxxxx xxxxxx xxxxxx

**Valor:** R\$ xxxxxxxx

**Contratante:** INCRA - Superintendência Regional de Rondônia

**Contratada:** xxxxxx xxxxxx xxxxxx xxxxxx xxxxxxxx xxxxxx



Ministério do  
**Desenvolvimento Agrário**

Modelo Camisa Frente e Costas



Modelo Bolso Camisa - Fundo



Modelo Placa Identificação do Núcleo Operacional (Dimensão 2,40 m x 1,60 m)

A		X
B	<h1>Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER</h1>	2x
C	<p><b>Contrato:</b> INCRA.CRT.RO.xx.xxx/xx <b>Município(s):</b> xxxxxx xxxxxx xxxxxx <b>Projetos de Assentamento:</b> xxxxxx xxxxxx xxxxxx</p> <p><b>Valor:</b> R\$ xxxxxxxx <b>Contratante:</b> INCRA - Superintendência Regional de Rondônia <b>Contratada:</b> xxxxxx xxxxxx xxxxxx xxxxxx</p>	X
D	 <p>Ministério do <b>Desenvolvimento Agrário</b></p>	X

## ANEXO XVI



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA DE RONDÔNIA - INCRA/SR-17  
PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

RELATÓRIO DE DEMANDAS  
PROJETO DE ASSENTAMENTO -----

N	NOME DOS BENEFICIARIOS	CRED INST	TERRA SOL	TERRA FORTE	PRONERA				MINHA CASA MINHA VIDA RURAL	CCU	TITULO DE DOMINIO	PNDTR	PRONAF	PAA	PNAE	BENEFICIO INSS	ATEND. SAUDE	EDUCAÇÃO REGULAR	SAN. BASICO	ENERGIA ELETRICA	AGUA	ESTRADA	OUTRAS (DESCREVER)
					EJA ALFAB	EJA NIVEL FUND	NIVEL MEDIO	NIVEL SUPERIOR															
1																							
2																							
3																							
4																							
5																							
6																							
7																							
8																							
9																							
10																							
11																							
12																							
13																							
14																							
15																							
SOMATORIO																							

ASSINALAR COM UM 'X' NAS DEMANDAS DE CADA FAMILIA E INSERIR O SOMATORIO DELAS NA ULTIMA LINHA